



HAL
open science

”O complexo alto-paraguaiense: Do Chaco a Mato Grosso do Sul”

Nicolas Richard, Isabelle Combès

► **To cite this version:**

Nicolas Richard, Isabelle Combès. ”O complexo alto-paraguaiense: Do Chaco a Mato Grosso do Sul”. Chamorro, Graciela; Combès, Isabelle. in Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais. Ed. Graciela Chamorro, Isabelle Combès. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015. 934p. ISBN: 978-85-8147-132-7, , 2016. halshs-02912866

HAL Id: halshs-02912866

<https://shs.hal.science/halshs-02912866>

Submitted on 6 Aug 2020

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L’archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d’enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

UMA HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS DE MATO GROSSO DO SUL

A história não se atém apenas ao passado, ela é também a história do presente e projeto de história do futuro. O presente dos povos indígenas, com suas novidades e suas lutas de recuperação de territórios, deixa claro seu protagonismo, o que permanece silenciado na maioria das fontes do passado. Percebe-se, por aquilo que aqui se conta, que os índios moldaram a história de Mato Grosso do Sul tanto quanto foram moldados por ela. Nas escolas, indígenas ou não, este livro poderá reparar alguns esquecimentos de uma história oficial que até há pouco omitia o seu papel.

Reunir o que se sabe hoje da história e da pré-história de cada um dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul é, por si só, uma façanha; é saber recolher e valorizar versões indígenas de sua história e testemunhos de memórias individuais; saber interpretar fontes não escritas ou indiretas, tanto o testemunho arqueológico de uma ocupação de longo prazo quanto documentos escritos por terceiros e amiúde envezados por preconceitos e interesses; é apontar também lacunas e sugerir métodos e pistas para se chegar a saber mais. Tudo isso este livro faz, o que o torna um instrumento essencial para pesquisadores.

Mato Grosso do Sul é hoje o estado onde se registra o maior número de conflitos entre fazendeiros e povos indígenas; que tem a maior taxa de homicídios de índios do país e a maior taxa de suicídios de jovens, na maior parte índios kaiowá; onde discriminação, hostilidade e violência contra índios são moeda corrente. As ações e as omissões, ao longo do tempo, de Governos do Estado de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e da União respondem por boa parte desses conflitos, como mostra o relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Entender a gênese dos conflitos e a responsabilidade dos vários atores pode contribuir para a pacificação dessa região. Para tanto, este livro é precioso e é exemplar. Ele abre caminho para muitos mais. Serve de inspiração para outras pesquisas detalhadas, regionais, que espero que venham a se multiplicar na sua esteira.

Manuela Carneiro da Cunha



ISBN: 978-85-8147-120-4



9 788581 471204



◆◆◆
POVOS INDÍGENAS EM MATO GROSSO DO SUL
História, cultura e transformações sociais
Graciela Chamorro e Isabelle Combès (orgs.)

POVOS INDÍGENAS EM MATO GROSSO DO SUL

História, cultura e
transformações
sociais

ORGANIZADORAS
Graciela Chamorro
Isabelle Combès



**POVOS INDÍGENAS
EM
MATO GROSSO DO SUL**
História, cultura e transformações sociais

POVOS INDÍGENAS
EM
MATO GROSSO DO SUL
História, cultura e transformações sociais

GRACIELA CHAMORRO & ISABELLE COMBÈS
(ORGS.)



2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Gestão 2011/2015

Reitor: Damião Duque de Farias
Vice-Reitora: Marlene Estevão Marchetti

Equipe EdUFGD / 2012
Coordenação editorial: Edvaldo Cesar Moretti
Administração: Givaldo Ramos da Silva Filho
Revisão e normalização bibliográfica:
Raquel Correia de Oliveira
Programação visual:
Marise Massen Frainer

Gestão 2015/2019

Reitora: Liane Maria Calarge
Vice-Reitor: Marcio Eduardo de Barros

Equipe EdUFGD / 2015
Coordenação editorial: Rodrigo Garófallo Garcia
Administração: Givaldo Ramos da Silva Filho
Revisão e normalização bibliográfica:
Cynara Almeida Amaral, Raquel Correia de Oliveira,
Tiago Gouveia Faria e Wanessa Gonçalves Silva
Programação visual: Marise Massen Frainer

CONSELHO EDITORIAL

Edvaldo Cesar Moretti - Presidente
Célia Regina Delácio Fernandes
Luiza Mello Vasconcelos
Marcelo Fossa da Paz
Paulo Roberto Cimó Queiroz
Rozanna Marques Muzzi
Wedson Desidério Fernandes

Rodrigo Garófallo Garcia - Presidente
Gicelma da Fonseca Chacarosqui Torchi
Luiza Mello Vasconcelos
Marco Antonio Previdelli Orrico Junior
Marcio Eduardo de Barros
Rogério Pereira Silva
Thaise da Silva

Conselho Editorial | 2012.



**Associação Brasileira
das Editoras Universitárias**

A revisão textual e a normalização bibliográfica deste livro são de responsabilidade das organizadoras, dos autores e das autoras. A presente obra foi aprovada de acordo com o Edital 01/2011/EdUFGD.

Diagramação: Amanda Moreira e Thiago Vieira
Impressão e acabamento: Gráfica São Jorge
Revisão textual final: Luiza Mello Vasconcelos
Normalização Bibliográfica: Márcia B. Gomes

Capa: Thiago Vieira | Ilustração da capa: Arami Marschner
E-mail: editora@ufgd.edu.br

P879

Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais. / Organizadores: Graciela Chamorro, Isabelle Combès -- Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

934p.

ISBN: 978-85-8147-120-4

Possui referências

1. Cultura indígena. 2. História indígena. 3. Mato Grosso do Sul. I. Graciela Chamorro. II. Isabelle Combès. III. Título.

CDD – 980.4171

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.
© Todos os direitos reservados. Conforme lei nº 9.610 de 1998

Agradecimentos

Escrever sobre as histórias, as culturas e as transformações sociais concernentes aos povos indígenas em Mato Grosso do Sul é uma tarefa que só pode ser feita unindo muitas mãos, *potyvõ*, em mutirão. Nesse sentido, como organizadoras desta obra, fomos agraciadas com 46 pessoas que assumiram a autoria dos 42 capítulos e nos prestaram uma espécie de assessoria nos 42 meses que levamos desde o início do projeto desta obra até a sua entrega para publicação, passando por um seminário e um simpósio que reuniram muitas dessas pessoas. Agradecemos de coração a todas elas por suas contribuições, sua paciência e amizade.

Sabemos que por trás de cada artigo sobre os povos indígenas contemporâneos em nosso estado está a contribuição de muitos índios e índias. Uma parte do que os autores e as autoras desses capítulos escreveram repousa sobre a memória e os saberes indígenas. Aos autores e às autoras indígenas que participaram com suas experiências na secção de testemunhos, assim como às pessoas e comunidades que enriqueceram com sua memória este livro, lhes dizemos: *aguyje* (Kaiowa), *hegreifuara* (Ofaiê), *aínapo yáko*e (Terena), *atimá* (Guarani), *ainapuiakwé* (Kinikinau), *elee-nioagode/elee nioagodo* (Kadiwéu), *ñacaranipise* (Ayoreo), *hnechyt dych* (Chamacoco), *gracias, obrigado!* (Atikum, Camba, Guató). Que estas palavras de gratidão gerem respeito e atenção para com as suas línguas e culturas, para com seus modos de vida passados e seus desafios recentes!

Agradecemos também aos colegas da UFGD — Andrébio Márcio Silva Martins, André Luis Freitas, Eudes Fernando Leite, Grazielle Acçolini, Jones Dari Goetter, Levi Marques Pereira, Neimar Machado de Souza, Protasio Paulo Langer, Paulo Cimó Queiroz, Rodrigo Luis Simas de Aguiar, Thiago Leandro Vieira Cavalcante, André Geraldo Berezuck, Flaviana Gasparotti Nunes, Lisandra Pereira

Lamoso e Noêmia Moura — que cederam os valores destinados pela universidade às suas pesquisas, para a publicação deste livro.

À Universidade Federal da Grande Dourados, especialmente à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa e aos colegas do Programa de Pós-Graduação em História — que acreditaram neste livro quando ainda era apenas um projeto, empenhando-se depois conosco pela sua publicação com os recursos da universidade —, nosso muito obrigado. Destacamos o empenho de Ariane Rigotti, Olga Bachega, e Cláudio Vasconcelos. Na Editora da UFGD, nossos agradecimentos vão para Givaldo Ramos, Marise Frainer, Raquel Correia e Tiago Faria; no Centro de Documentação Regional (CDR), para Carlos Barros Gonçalves e Ivanir Martins de Souza.

A Joana Aranha Moncau, Layla Cristina Iapechino Souto e Natália Cimó, agradecemos pelas traduções para o português e pelas correções dos textos escritos em língua portuguesa; também a Luiza Vasconcelos, pela revisão de todo o livro. Gratidão a Leszek Lech e Monika Ottermann; Thiago L. V. Cavalcante, Levi M. Pereira e Protasio P. Langer; Thiago Vieira, Diego Villar, Maria de Fátima Costa e ao pessoal do Museo Etnográfico Andrés Barbero, pela assessoria técnica e todo apoio durante a produção deste livro.

Aos mais de quarenta pareceristas, cujos nomes não podemos mencionar aqui, assim como ao Comitê Científico desta obra, nosso muito obrigado por ter-nos acompanhado na árdua tarefa de avaliação dos textos. Duas pessoas deste comitê faleceram enquanto este livro estava sendo elaborado: Antônio Jacó Brand (1950-2012) e John Manuel Monteiro (1956-2013). Ambos saudaram com otimismo o projeto deste livro e deram sua contribuição para que ele se tornasse realidade. Recebam esta obra também como fruto de um sonho que esses companheiros sonharam junto.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	15
Memória, história e futuro dos povos indígenas.....	15
<i>Bartomeu Melià S. J.</i>	
INTRODUÇÃO	19
<i>Graciela Chamorro</i>	
<i>Isabelle Combès</i>	
PARTE 1	
PANORAMA ARQUEOLÓGICO	25
Arqueologia em Mato Grosso do Sul.....	27
<i>Pedro Ignacio Schmitz</i>	
8.400 anos de ocupação indígena nas margens do rio Paraguai.....	39
<i>Pedro Ignacio Schmitz</i>	
<i>Jairo Henrique Rogge</i>	
A Arte rupestre em Mato Grosso do Sul.....	51
<i>Rodrigo Luiz Simas de Aguiar</i>	
Os antigos caçadores do planalto de Mato Grosso do Sul de 10.500 a 6.700 anos atrás.....	61
<i>Pedro Ignacio Schmitz</i>	
<i>Marcus Vinicius Beber</i>	
<i>Ellen Veroneze</i>	
Levantamento arqueológico e história indígena na aldeia Lalima, Miranda/MS.....	73
<i>Eduardo Bospalez</i>	
Arqueologia da bacia do Alto Paraná em Mato Grosso do Sul.....	93
<i>Emília Mariko Kashimoto</i>	
<i>Gilson Rodolfo Martins</i>	
PARTE 2	
MARCO HISTÓRICO	101
Uma esquina nos confins da América: encontros e desencontros nos processos de povoamento e ocupação do território do atual Mato Grosso do Sul.....	103
<i>Paulo Roberto Cimó Queiroz</i>	

PARTE 3	
ANTIGOS POVOS.....	127
“Orejones” e Xaray nas fontes coloniais	129
<i>Isabelle Combès</i>	
Payaguá	147
<i>Chiara Vangelista</i>	
Os Boe Bororo.....	157
<i>Chiara Vangelista</i>	
Boe Bororo: A riqueza cultural de um povo e as frentes de colonização.....	165
<i>Antônio H. Aguilera Urquiza</i>	
Renascido das cinzas: Um histórico da presença dos Cayapó-Panará em Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso: séculos XVIII ao XX	177
<i>Odair Giralдин</i>	
PARTE 4	
HISTÓRIA DOS ATUAIS POVOS INDÍGENAS.....	197
Guató: povo das águas	199
<i>Anna Maria Ribeiro F. M. Costa</i>	
A última fronteira ofaié: a resistência de um povo indígena	217
<i>Carlos Alberto dos Santos Dutra</i>	
OS QUE CHEGARAM DO CHACO	229
O complexo alto-paraguaiense: Do Chaco a Mato Grosso do Sul.....	231
<i>Nicolás Richard</i>	
<i>Isabelle Combès</i>	
Os Terena em Mato Grosso do Sul.....	249
<i>Noêmia Moura</i>	
<i>Grazielle Acçolini</i>	
Os Kinikinau: persistência e percepções.....	267
<i>Iára Quello de Castro</i>	
De Mbayá-Guaikurú a Kadiwéu: uma sociedade de artistas e guerreiros	277
<i>Giovani José da Silva</i>	
Notas sobre os Chamacoco e os Ayoreo e sua presença em terras sul-mato-grossenses	287
<i>Giovani José da Silva</i>	

POVOS GUARANI-FALANTES: ENTRE E PARA ALÉM DOS DOIS GRANDES RIOS	291
Povos indígenas guarani falantes no atual Estado de Mato Grosso do Sul (séculos XVI-XXI)	293
<i>Graciela Chamorro</i>	
Historiografia e antropologia guarani em Mato Grosso do Sul (século XIX).....	323
<i>Pablo Antunha Barbosa</i>	
Os Deuses, os homens e suas escolhas: cosmologia, organização social, conflitos territoriais e outras histórias kaiowa.....	339
<i>Katya Vietta</i>	
A mão de obra kaiowa e guarani na colonização no antigo sul de Mato Grosso.....	359
<i>Eva Maria Luiz Ferreira</i> <i>Gustavo Costa do Carmo</i>	
O território Kaiowa e Guarani – Documentos.....	369
<i>Eva Maria Luiz Ferreira</i> <i>Antônio Brand</i> <i>Fernando Augusto Azambuja de Almeida</i> <i>Rosa Sebastiana Colman</i>	
OS POVOS RECÉM-CHEGADOS	389
Os Camba: relações e construções identitárias na fronteira Brasil-Bolívia.....	391
<i>Ruth Henrique</i>	
Atikum: processos de territorialização de um grupo indígena do Nordeste em Mato Grosso do Sul	405
<i>Gabriel Ulian</i>	
ILUSTRAÇÕES	423
PARTE 5	
REPRESENTAÇÕES DOS INDÍGENAS NAS FONTES HISTÓRICAS	517
O “mapeamento” dos indígenas rio-platenses na cartografia da conquista militar e espiritual.....	519
<i>Protasio Paulo Langer</i>	
Os indígenas do antigo sul de Mato Grosso segundo os viajantes do século XIX	535
<i>Márcia Campos</i> <i>Sonia Maria Couto Pereira</i>	

PARTE 6
EXPERIÊNCIAS MISSIONAIS.....553

Missões jesuíticas no Itatim555

Graciela Chamorro

Isabelle Combès

André Freitas

Missões de Chiquitos e povos indígenas de Mato Grosso do Sul.....571

Roberto Tomichá Charupá

Missão Evangélica Caiuá: um ideário de fé e “civilização” nos
“confins” de Mato Grosso (1929-1970)587

Carlos Barros Gonçalves

Renata Lourenço

O processo de terenização do cristianismo na Terra
Indígena Taunay/Ipegue no século XX.....613

Noêmia Moura

Graziele Acçolini

Missões Pentecostais na Reserva Indígena de Dourados – RID:
origens, expansão e sentidos da conversão.....631

Levi Marques Pereira

Graciela Chamorro

Missões católicas contemporâneas em Mato Grosso do Sul:
dilemas e tensões entre a Pastoral Indigenista e o Conselho Indigenista Missionário655

Meire Adriana da Silva

PARTE 7
BANDEIRANTES E SERTANISTAS677

O devassamento bandeirante nos sertões do oeste: anotações acerca da construção
do protagonismo dos desbravadores e da relevância do papel dos índios679

Manuel Pacheco Neto

Ana Cláudia Marques Pacheco

A conquista do sertão de Mato Grosso no século XVIII.....691

Glória Kok

PARTE 8	
ARTE	707
A universalidade da arte e a pesquisa da produção artística entre os povos indígenas em Mato Grosso do Sul	709
<i>Rodrigo Luiz Simas de Aguiar</i>	
<i>Levi Marques Pereira</i>	
PARTE 9	
LÍNGUAS.....	727
Diversidade linguística em Mato Grosso do Sul	729
<i>Andérbio Márcio Silva Martins</i>	
<i>Graciela Chamorro</i>	
PARTE 10	
POLÍTICAS INDIGENISTAS.....	745
A política indigenista imperial na província de Mato Grosso até o início da década de 1850	747
<i>Lucio Tadeu Mota</i>	
A política indigenista em Mato Grosso (1845-1889).....	765
<i>Cláudio Alves de Vasconcelos</i>	
A Reserva Indígena de Dourados: a atuação do Estado brasileiro e o surgimento de figurações indígenas multiétnicas	781
<i>Levi Marques Pereira</i>	
<i>Aty Guasu, as grandes assembleias kaiowa e guarani:</i> Os indígenas de Mato Grosso do Sul e a luta pela redemocratização do país	795
<i>Spensy K. Pimentel</i>	
PARTE 11	
TESTEMUNHOS INDÍGENAS	815
Testemunho do massacre:	817
<i>Ataíde Francisco Xehitâ-ha Ofaié</i>	
Testemunho terena de luta pela terra	821
<i>Isac Pereira Dias Hopu'otx Turumo</i>	
Testemunho kaiowa sobre a Mate Laranjeira.....	827
<i>João Aquino</i>	

Testemunho kaiowa sobre o espalhamento.....	831
<i>Tito Vilhalva</i>	
Testemunho indígena Atikum	837
<i>Aliano José Vicente</i>	
Testemunhos de indígenas vivendo em contexto urbano	843
<i>Dario Massi de Moraes</i>	
<i>Elizena Lima Velasque</i>	
<i>Eulalia Lima Ramos</i>	
<i>Marcia Ribeiro de Souza</i>	
<i>Santa Leme da Silva</i>	
ANEXOS.....	859
Siglas de arquivos.....	861
Bibliografia.....	863
Índice de Etnias, Nacionalidades, Línguas e Tradições Arqueológicas.....	911
Lista das ilustrações.....	917
As autoras e os autores	925

O complexo alto-paraguaiense: Do Chaco a Mato Grosso do Sul

Nicolás Richard
Isabelle Combès

Introdução²⁴⁹

Na segunda metade do século XVIII, missionários e militares conseguiram progressivamente ingressar no que até então constituía um território vedado: aquele que se estendia para além da “fronteira guaikurú”, controlado por “capitães” e quadrilhas montadas de guerreiros mbayá. Até então, tinha-se desses “índios cavaleiros” uma imagem fugaz e temível. Apareciam nas fronteiras do espaço colonial para assaltar povoados e roubar gados antes de se perderem novamente na imensidão sem que ninguém soubesse exatamente onde se localizavam seus acampamentos, nem como se pareciam. Entrando no século XVIII, o cerco colonial se fecha (fundações portuguesas de Corumbá, Nova Coimbra e Albuquerque; fundações espanholas de Concepción e Fuerte Borbón), fazendo pressão sobre o território dos “capitães” mbayá, obrigando-os a negociar com a Coroa a instalação de tal missão ou o acesso a certo forte.

É certo que essas pessoas tinham como surpreender àqueles que os estavam conhecendo. Primeiro, pela profunda convicção que apresentavam, de serem predestinados a dominar todas as outras nações do mundo. Azara, Sánchez Labrador e Rodrigues do Pra-

do descrevem com a mesma mistura de admiração e surpresa esse relato, posteriormente popularizado por Darcy Ribeiro e, logo, por Lévi-Strauss, segundo o qual os Mbayá teriam sido criados depois dos outros povos, quando já não sobrara mais nada para dividir, com o destino de dominá-los a todos e travar-lhes guerra perpétua.²⁵⁰ Mas também, e talvez, sobretudo, porque conforme adentraram no país e descobriram seus acampamentos, os cronistas se deram conta de que, de fato, nenhuma nação no mundo parecia não lhes ter tributado uma criança, um cativo ou um agregado: “tem nas suas aldeas índios de diversas nações, como são Guaxis [Guachi], Guanazes [guaná], Guatós, Cayvas [Cayuvava], Bororós, Coroás, Cayapós, Xiquitos [Chiquito] e Xamacocos [Chamacoco]”.²⁵¹ Segundo Azara, “além desses escravos oudomésticos [guaná], os Mbayá encontram muitos outros

²⁴⁹ Esta contribuição baseia-se em trabalhos anteriores dos autores (RICHARD, 2008; COMBÈS, 2009, 2010).

²⁵⁰ “Antes contam esta humilde historia. Dizem que, depois de serem creados os homens, e com elles repartidas as riquezas, uma ave de rapina que no Brazil chamam *carácará* se lastimára de não haver no mundo Guaicurú; que os creára, e lhes déra o porrete, a lança, o arco e as flechas, e dissera que com aquellas armas fariam a guerra ás outras nações, das quaes tomariam os filhos para captivos, e roubariam o que pudessem : mas a este seu creador não tributam culto algum, antes o matam as vezes que podem” (RODRIGUES DO PRADO, 1839 [1795]). Ver também AZARA, 2009 [1809], p. 235; SÁNCHEZ LABRADOR, 1910 [177-]; RIBEIRO, 1950; LÉVI-STRAUSS, 1955.

²⁵¹ RODRIGUES DO PRADO, 1839 [1795].

entre as crianças e as mulheres que tomam na guerra; e não somente índios, mas também espanhóis; de modo que o mais humilde Mbayá tem três ou quatro escravos” (2009 [1809], p. 229). Mas é Almeida quem dá a descrição mais precisa:

Dos 2. 600 índios dependentes de Coimbra [...], tirados os 600 Guanás que vivem como aldeados e seprados d’elles, dos 2.000 que restam, 500 ainda são Guanás, e seus filhos entre os Uaicurus estabelecidos, ou como antigos e actuaes captiveiros no nome, ou por casamentos; montando com pouca diferença a 500 Xamicocos os d’esta nação, ha cinco annos adquiridos. Finalmente das 1. 000 almas que ainda restam, talvez não cheguem a 200 os que se possam chamar verdadeiros uaicurus; sendo os 800 para completar a somma total um composto de Bororós, Chiquitos, Cayapós, Cayuabas, alguns Negros, Caborés, bastardos e seus filhos e netos, de todos estes diversos Índios misturados entre si pelos casamentos que tanto os uaicurus como todas estas nações praticam uns com outros. (ALMEIDA SERRA, 1845 [1803], p. 211).

Desse modo, no final do século XVIII, em um acampamento guaikurú do Alto Paraguai, crianças portuguesas roubadas em Corumbá eram criadas juntas com Chamacocos recém-comprados nas selvas do Chaco; mulheres guaranis ou paraguaias mesclavam-se com cativos bororo, e negros *cimarrones* fugidos conversavam sobre religião com índios neófitos tirados das missões de Chiquitos. Toda essa diversidade regional paira e organiza-se em torno de alguns Guaikurú e seus “capitães”.

A forma hierárquica das sociedades mbyáy (guaikurú), em particular sua relação com os “vassalos” guaná ou chané,²⁵² é a exceção que

²⁵² O termo guaná apareceu no século XVIII para designar aos Chaná ou Chané das margens do Paraguai; deve-se, segundo Sánchez Labrador, a uma simples confusão: “Guaná no idioma dos Chaná é pronome relativo da terceira pessoa, isto é, ‘aquele’. Alguém espanhol, vendo a esses índios, perguntaria: ‘quem é aquele?’, e lhe responderiam: ‘guaná’; e, a partir daí, ou de evento semelhante, virá a atribuir à toda nação chaná o nome de Guaná” (1910 [177-], t. 2, p. 267). Métraux (1946) propôs usar o nome de Chané para os grupos do piemonte andino e da cordilheira chiriguana ao oeste do Chaco, e o de Guaná para os da margem do Paraguai. Aqui, empregamos de forma indiferente os nomes de Chané, Chaná ou Guaná.

Pierre Clastres resalta no “sentido da democracia” e o “gosto pela igualdade” que caracterizam as sociedades ameríndias “contra o Estado” (1974, p. 26). O problema é que, no Chaco boreal ao menos, as exceções são tão visíveis e multiplicadas que estão a caminho de converter-se em regra. Na parte ocidental dessa região, nos últimos ramais da cordilheira andina, outro célebre sistema hierárquico é o que envolve os Chiriguano e seus *tapî* (chané) outro termo traduzido pelos espanhóis por “escravo”.²⁵³

Quer se trate da formação das sociedades chiriguano, sobre a margem ocidental do Chaco, quer do sistema mbyáy-guaná, sobre sua margem oriental, a literatura especializada tende a explicar essas situações a partir de um argumento de peso: dóceis agricultores arawak, espalhados por todo o arco setentrional do Chaco, teriam sido submetidos e dominados por grupos guerreiros – guarani, no primeiro caso, mbyáy, no segundo – que os subordinaram à força até fundi-los em uma sociedade duramente hierarquizada. Estudos mais recentes inclinam-se a desenvolver uma hipótese inversa e, talvez, mais interessante. A dominação guaikurú – assim como a dos migrantes guarani – assenta-se não tanto por sua suposta superioridade militar, mas pelas formas hierárquicas que seriam anteriores e próprias das sociedades chané-arawak dominadas.²⁵⁴

Tentaremos desenvolver aqui esta segunda perspectiva, detendo-nos no que denominaremos por “complexo alto-paraguaiense”, quer dizer, o conjunto de *parcialidades*²⁵⁵ e grupos étnicos do alto Paraguai que estavam mutu-

²⁵³ Menos conhecido, mas não por isso menos impactante, é o complexo xaray no Pantanal, cujo chefe é qualificado por “monarca” pelos espanhóis, e que “sujeita” a outras etnias. Remetemo-nos ao artigo de Combès neste mesmo volume.

²⁵⁴ RICHARD, 2008; COMBÈS; LOWREY, 2006; COMBÈS, 2012.

²⁵⁵ *Parcialidad* é um termo colonial da América espanhola, atualmente em desuso. Designa, geralmente, grupos indígenas considerados “parte” de um grupo maior, assim como uma “tribo” pode ser parte de um “grupo étnico”. Aos grupos maiores, costumava-se denominá-los *generaciones*. Entretanto, o significado de *parcialidad* e de *generación* nem sempre é claro. Na falta de um equivalente contemporâneo para esses termos, decidimos preservá-los.

amente implicados em um sistema regional cuja crise, a princípios do século XIX, explica a transmigração de boa parte dos atuais grupos de Mato Grosso do Sul, saindo do Chaco. Em primeiro lugar, tentaremos identificar os distintos grupos que compunham o suposto complexo, a partir das primeiras fontes do século XVI e das descrições disponíveis para o século XVIII. Logo, examinaremos a relação “tributária” que articulava as bastante povoadas aldeias guaná com os acampamentos dos “capitães” mbayá, mostrando como a “dócil escravidão” dos Guaná é dificilmente explicada pela justificativa do uso da força ou um ato de conquista mbayá. Se tais formas hierárquicas eram próprias às sociedades de horizonte chané, então, cabe perguntar como e sobre quem estas eram exercidas. Trata-se, assim, de demonstrar como os núcleos guaná exerciam sua influência até o interior do Chaco, organizando “colônias” chaquenhas de acordo com um tipo de relação que Susnik (1978) chamou de “dependência socioperiférica”. Por último, no fim do século XVIII, examinaremos a dinâmica da crise que levou à implosão do “complexo” e à mudança dos grupos guaná para as terras orientais recentemente abertas para a colonização pelo Brasil.

Alto Paraguai, descrição e identificação de parcialidades

Vários dos atuais povos indígenas de Mato Grosso do Sul, como os Terena, os Kinkinau, os Kadiwéu e os Chamacoco compõem o “complexo alto-paraguaiense”, e dividem uma história comum. De fato, nenhum deles é originário de Mato Grosso do Sul, e todos vieram do Chaco boreal.

Muitos desses grupos já eram conhecidos no século XVI. Foi possível conhecê-los graças às expedições empreendidas “Chaco adentro” pelos espanhóis de Assunção e, também, pelos documentos referentes à primeira cidade de Santa Cruz de la Sierra, nas planícies de Chiquitos, na Bolívia.

Os Mbayá foram o primeiro povo encontrado pela expedição de Domingo Martínez de Irala, em 1548, no interior do Chaco, a 70 léguas da Candelária, sobre o rio Paraguai. Segundo Sánchez Labrador, o nome desse grupo seria guarani e significaria “esteira” (1910 [177-], t. 2, p. 60-61). Outro termo guarani aplicado a esse e a outros grupos do Chaco foi Guaikurú.²⁵⁶ Atualmente, este último termo designa o grupo linguístico chaquenho ao qual pertenciam os Mbayá, junto com os Toba e outros. Vale ressaltar que, se no século XVIII, mbayá e guaikurú são considerados praticamente sinônimos (a literatura antropológica emprega “mbayá-guaikurú”), no século XVI, cada um desses nomes designava grupos distintos, ainda que linguisticamente aparentados: como “Guaikurú” eram conhecidos os grupos chaquenhos mais próximos de Assunção, e inimigos dos denominados por “Mayá” (Mbayá).²⁵⁷ Estes últimos, que são os que nos interessam aqui, viviam mais ao norte de Assunção e mais para o interior do Chaco.²⁵⁸

São descritos como uma “grande geração e muito valentes e pequenos corpos”; sua terra dava “muita comida e era muito povoada”.²⁵⁹ Os Mbayá também participavam da grande cadeia de troca de metal andino;²⁶⁰ em 1548, deram quatro coroas de prata e seis “placas” também de prata para Irala, as quais usavam como adorno (SCHMIDEL, 2008 [1567], cap. 44) (Ilust. 100 e 101).

²⁵⁶ De *kuru*: “sarna”, segundo Boggiani (1898, p. 7); ou então de *guacurú-ygua*: “os que bebem a água do Guacurú”, provavelmente um rio onde abundavam as aves negras assim chamadas, segundo Sánchez Labrador (1910 [177-], t. 2, p. 58-59).

²⁵⁷ NÚÑEZ CABEZA DE VACA, 1944 [1555], cap. XXX; ORANTES, 2008 [1543], p. 16.

²⁵⁸ Sobre a distinção entre Mbayá e Guaikurú, ver também Susnik (1971, p. 18-20).

²⁵⁹ IRALA, 1941 [1541]; ORANTES, 2008 [1543], p. 16.

²⁶⁰ COMBÈS, 2008; ver a introdução geral deste volume.

O encontro *de visu* entre espanhóis de Assunção e Mbayá ocorreu durante a viagem de Irala, em 1548. Rodrigues fala em seis aldeias muito povoadas (1956 [1553]), e Schmidel nos deixa uma descrição pormenorizada:

São um grande povo em conjunto e têm seus vassallos; esses devem lavar e pescar e [fazer] o que lhes mandam. É igual aqui [i. e. em Baviera, de onde escreve Schmidel] os lavradores estão submetidos a um senhor nobre [...] eles (também) têm grande provisão de trigo turco [milho], mandiotín, mandioca-peirá, mandioca-poropi, batatas, amendoim, bocajá e outras raízes [...] Como carne têm veados, ovelhas índias domésticas²⁶¹ e selvagens, avestruzes, os bosques estão cheios de mel, com o qual fazem vinho e para o que mais se queira usá-lo. Quanto mais se adentra o país, mais fértil ele é [...] Estes Mbayas são homens altos e garbosos e gente valiosa e guerreira que não fazem outra coisa que guerrear, e as mulheres são muito lindas e andam [com] suas partes cobertas do umbigo até os joelhos. Essas mulheres ficam em casa e não vão para a roça, mas é o homem quem busca os alimentos, porque ela, em casa, não faz outra coisa além de fiar e tecer com algodão, também preparam a comida. (SCHMIDEL, 2008 [1567], cap. 44).

Ainda que os Mbayá tenham sido o primeiro grupo encontrado Chaco adentro partindo do rio Paraguai, alguns grupos provavelmente localizavam-se mais ao norte, onde, em 1561, foi fundada a primeira cidade de Santa Cruz (atual S. José de Chiquitos): um “povo de mayaes” figura no padrão de *encomiendas* da cidade, em 1561: “Apru e Tacutaen, “principais de Xereponono, povo de mayaes” foram encomendados a Ñuflo de Chaves (REPARTIMIENTO..., 2008 [1561], p. 100). Essa *parcialidad* era, ao que tudo indica, a mais povoada de todas as que foram concedidas a Chaves; após sua morte, seu filho mais velho herdou suas *encomiendas*,

²⁶¹ O guanaco chaquenho, *Lama guanicoe voglii*. Essa referência de Schmidel, e os gravados presentes no seu relato, são os únicos depoimentos que existem sobre a domesticação do guanaco pelos grupos chaquenhos.

mas “o maior povo que se chamava mayas se sublevou contra ele”.²⁶²

Ao falar dos vassallos dos Mbayá, Schmidel indica que eram em sua maioria Chané. Os Chané foram bem conhecidos pelos Espanhóis coloniais, que os encontraram em praticamente todo o Chaco boreal.²⁶³ A oeste, na atual Bolívia, os Chané eram “escravos” dos Chiriguano; a leste, “eram vassallos ou súditos dos já mencionados Mbayaes, do mesmo modo que nesses países os lavradores estão sujeitos a seus senhores” (SCHMIDEL, 2008 [1567], cap. 45) – e o seguiam sendo no século XVIII, quando os missionários jesuítas aproximaram-se deles.

Seja na franja chiquitana ao norte, na cordilheira chiriguana, ou no mesmo Chaco, os Chané parecem ser quase onipresentes na região. Todos os núcleos são agricultores, incluindo os do Chaco: “achamos neste lugar divina abundância de comer”, comenta Schmidel (2008 [1567], cap. 45). Mas essa onipresença não significa, em hipótese nenhuma, a extensão de “uma única” etnia em todo esse território. “Chanes”, “chanaes” ou “chaneses” é um termo arawak traduzido por vários autores por “gentio, multidão”.²⁶⁴ De fato, o idioma chané pertence à subfamília linguística do arawak meridional, como o dos Mojo e Bauré da Amazônia boliviana (MÉTRAUX, 1930, p. 323; HECKENBERGER, 2002, p. 104); em mojenho (a língua dos Mojo), *achané* significa “homem, pessoa” (MARBÁN, 1975 [1701], p. 253v, 306r).

O que as fontes nos apresentam são núcleos diferentes, dispersos, que, às vezes, sequer compartilham o nome de “chané”: os Tipiono e Ariticoci de Santa Cruz eram, respectivamente, pessoas de uma aldeia e de uma *parcialidad* “chané”, e, provavelmente, também

²⁶² INFORMACIÓN DE SANTA CRUZ DE LA SIERRA, 2008 [1571], p. 220.

²⁶³ Para mais informações, remetemos a Combès (2010, p. 116-123).

²⁶⁴ AGUIRRE, 1948 [1783]; RODRIGUES DO PRADO, 1839 [1795]; esta tradução foi retomada sistematicamente por Susnik.

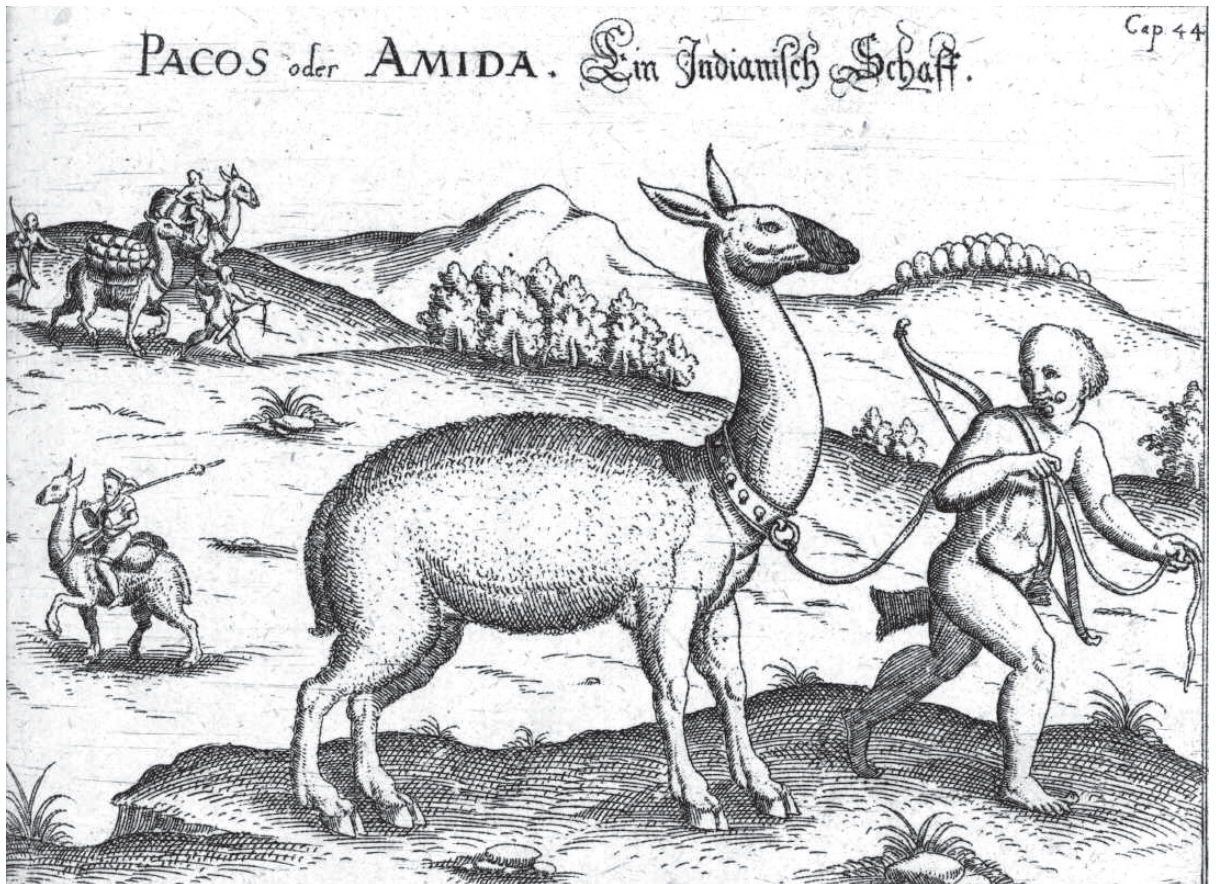


ILUSTRAÇÃO 100 - GUANACO DO CHACO 1 (SCHMIDEL, 1903 [1567])



ILUSTRAÇÃO 101 - GUANACO DO CHACO 2 (SCHMIDEL, 1903 [1567])

os Payzuno, Çimeono ou Tamacoci.²⁶⁵ Aqui, adquire pleno sentido a palavra *parcialidad* usada pelos Espanhóis quinhentistas, e é de fato um Chané quem explicou a Irala que “assim tais Chanes nomeavam cada povo por seu nome, ainda que todos fossem de uma mesma geração”, ou também: “ainda que todos sejam Chanés, cada um chama sua casa por seu nome”; mais de dois séculos depois, o jesuíta Sánchez Labrador anota, como um eco, que Chané é um “nome que compreende a todas as parcialidades, ainda que estas, para se distinguirem entre si, apropriem-se de outros nomes”.²⁶⁶ Nos termos de Azara:

Se pergunta a eles se são de diferentes nações dirão que sim, mas porque não sabem o que é uma nação e creem que cada horda forma uma diferente. Consequentemente, indicam o lugar de cada horda e daí procede que de uma única nação dos Guaná se tenham feito todas as que figuram nos mapas. (AZARA, 2009 [1809], p. 225).

É no século XVIII que aparecem informações precisas sobre as diversas *parcialidades* chanés e seu território. De maneira geral, as fontes coincidem ao apontar que, na segunda metade desse século, o país chaná estendia-se entre os 19° e os 21° de latitude sul; Azara prolonga-o um pouco mais para o sul, até os 22°, entre a cidade brasileira de Corumbá, ao norte, e a cidade paraguaia de Forte Olimpo, ao sul. A massa demográfica reunida nos diferentes povoados é importante e, de acordo com todos os observadores, é a zona mais povoada da região. As projeções feitas pelos jesuítas antes de instalar a missão de San Juan Nepomuceno (1760) apresentam cifras significativas: “o número de indivíduos de todas as tribos mencionadas supera os 30.000, alguns missionários chegam a falar em 45.000 habitantes”, estima Jolís (1972 [1789], p. 317). Alguns anos mais tarde, Azara revisa para baixo as estimativas jesuíticas: “algumas pessoas contam em até vinte mil o número de almas

Guanás; no que me concerne, acredito ser mais exato o cálculo que fiz e cujo resultado é de 8.300 pessoas”. Entretanto, ressalta ainda Azara, “trata-se da nação mais numerosa nestas terras, com exceção dos Guarani” (2009 [1809], p. 225). Notemos que as razões dos jesuítas para superestimar esses números são inversamente proporcionais às de Azara para subestimá-los: os primeiros procuram justificar a criação de um sistema missionário, e o segundo, demonstrar a necessidade de um povoamento ocidental nessas terras. Por último, ambos apontam que nessa zona fala-se a mesma língua, o chaná, ainda que com algumas diferenças de dialetos mutuamente inteligíveis.

Para entender como se distribuem essas *parcialidades* no século XVIII, a melhor fonte é o diário de viagem que Sánchez Labrador escreve entre dezembro de 1766 e janeiro de 1767, conectando, pela primeira vez, a missão *Nuestra Señora de Belénde Mbayás* (próxima da atual cidade paraguaia de Concepción, 23°30' S) e a de Santo Corazón, a mais oriental das missões de Chiquitos. Indo em direção a Chiquitos, o jesuíta cruza a margem ocidental do rio Paraguai em direção aos 21° S e percorre as distintas aldeias chaná localizadas do lado chaquenho do rio. Voltando de Santo Corazón, o jesuíta cruza o rio sensivelmente mais ao norte (19°30' S) e desce por sua margem oriental, o que o impede de visitar pela segunda vez os povoados chaná.

A alguns dias de distância de *Nuestra Señora de Belén*, o jesuíta encontra a primeira concentração humana: “sobre a margem ocidental do rio Paraguai se situa a aldeia de Guanás chamada Chanás, e de Guaikurús” (1910 [177-], t. 1, p. 25). Esta primeira *parcialidad*, diz, “cuja aldeia é a mais próxima da redução de *Nuestra Señora de Belén*, adotou o nome de Chanás, aplicado às outras. Os Mbayá chamam toda essa nação Niyolola, e a esta primeira aldeia, Layaná” (1910 [177-], t. 2, p. 255). Mas, de fato, trata-se de dois povos diferentes. O dos Chaná fica na margem do rio, enquanto o dos

²⁶⁵ Ver os respectivos artigos em COMBÈS (2010).

²⁶⁶ IRALA, 2008 [1543], p. 7; 10; SÁNCHEZ LABRADOR, 1910 [177-], t. 2, p. 255).

[...] Layayás está a cerca de doze léguas daqui, no meio de um bosque muito fechado. É um povo formado por ruas e quadras com uma grande praça ao centro, mais larga que cumprida. Nesse povo vive muita gente, talvez mais de 800 famílias. Todos são agricultores e vivem de suas colheitas. (SÁNCHEZ LABRADOR, 1910 [177-], t. 1, p. 25).

Alguns meses após a passagem dos jesuítas, considerando que haviam decidido, juntamente com os caciques, pela fundação de uma missão, a aldeia chaná passará para a margem oriental do rio, onde se criará a missão San Juan Nepomuceno (1767). Jolís registra a localização dessa missão. Está a quatro léguas do rio Paraguai em direção ao leste, 50 léguas ao norte de Belén. Conta com 6.000 índios reduzidos, sem indicação nem porcentagem dos convertidos (a missão durará muito pouco, os jesuítas serão expulsos no ano seguinte). Encontra-se a 22°20' S, na foz “de um rio que os índios chamam Aaba [Apa?]” (JOLÍS, 1972 [1789], p. 324). É então que, a partir dos Mbayá, Azara, ou Aguirre em 1783, falam, respectivamente, de Layanás e de Layyanas. Tampouco o nome é novo, já havia sido registrado pelos assuncenhos do século XVI. Entretanto, sua situação parece ter se modificado entre os primeiros testemunhos e as informações do século XVIII. Com efeito, em 1548, Schmidel localiza-os a 102 léguas dos Mbayá, o que implicaria que os Layonos viviam praticamente no coração do Chaco boreal (SCHMIDEL, 2008 [1567], cap. 46). Além disso, as fontes quincentistas calam-se sobre a suposta “escavidão” dos Layonos pelos Mbayá. Alguns documentos citam os “Mayaes” e os Layonos²⁶⁷ juntos, mas nada além disso: não dizem que os Layono sejam Chané, nem que sejam escravos dos Mbayá. Da mesma forma que os Mbayá e os Guaikurú são diferenciados nas fontes quincentistas, Layono e Chané são considerados grupos diferen-

²⁶⁷ IRALA, 2005 [1555]; MEMORIA Y RESOLUCIÓN, 2008 [1560], p. 50.

tes. “Algo” que requer investigação mudou na situação dos Layaná entre o século XVI e o XVIII: sua localização geográfica (do centro do Chaco para as proximidades do rio Paraguai), provavelmente, e, sobretudo, sua relação com os Mbayá.

Continuando com a viagem de Sánchez Labrador e avançando para o norte, encontra-se a maior das *parcialidades*, a dos Choaraana, chamados pelos Mbayá de Echoaladi (1910 [177-], t. 2, p. 256):

Os Echoaladis estão na margem ocidental do rio Paraguai, paralelos a esta tenda [do cacique mbayá Caminigó, casado com uma cacica guaná]; estão divididos em duas grandes populações, cada uma delas maior que as do Chanás [Layaná] [...] Neste ano estabeleceram as pazes com alguns infieis a cavalo, os quais se chamam, segundo os Mbayás, Enimagas [Lengua] ou os Chiriguanos. (SÁNCHEZ LABRADOR, 1910 [177-], t. 1, p. 40).

O “Choaraana” de Sánchez Labrador equivale ao “Choroana” de Azara, que também os chama por “Chabaraná”, correspondente ao “Chaarayaane” de Aguirre. Jolís utiliza a denominação mbayá “ecaloadi”. Segundo Sánchez Labrador, são “pessoas muito mais belicosas e inquietas que os outros Guanás” (1910 [177-], t. 1, p. 40). De acordo com Azara, uma parte dos “Echoroana está incorporada aos Mbayás e vive com eles ao leste do rio Paraguai, sobre alturas situadas a 21° S” (2009 [1809], p. 225).

Próximos aos Echoaladi, “a pouco menos de um dia de caminhada [...] vivem os Terenas em outros povos numerosos. São irmãos dos Echoaladi, mas com um gênio melhor” (SÁNCHEZ LABRADOR, 1910 [177-], t. 1, p. 40). Os Terena são chamados pelos Mbayá por “etelena”: “multiplicaram-se de modo que hoje formam duas grandes aldeias ou parcialidades. Os Mbayá chamam a uma delas por ‘Alomegodigi’ e à outra ‘Nagatag-egodigi’” (SÁNCHEZ LABRADOR, 1910 [1770], t. 2, p. 255-256). Azara e Jolís confundem ambas essas *parcialidades* pelo mesmo nome de “Ethelenoé” (“Eterenas” de

Jolís), retomando, assim, a denominação mbayá. Aguirre traduz “Tereone” por “os do fundo”, “os últimos”; segundo Susnik,

[...] são os únicos Chané que adotaram o cavalo à maneira dos Mbayá, organizando incursões ao interior do Chaco em busca de cativos Zamuco. Entretanto, as incursões a cavalo estavam destinadas apenas à aquisição de cativos e não estabeleceram uma reestruturação social do tipo da dos Mbayá. (SUSNIK, 1978, p. 114).

Na proximidade dos Terena (“a algumas léguas”), ao noroeste dos Chabaraná, encontram-se os Quainoconá, “última população e mais próxima das missões dos índios chiquitos”; os Mbayá os chamam por *equini quinao* (SÁNCHEZ LABRADOR 1910 [177-], t. 1, p. 40; t. 2, p. 256).²⁶⁸ Quer dizer que Jolís fala do ponto de vista dos Mbayá quando diz “Equiniquinaos”, enquanto Azara (“Caynaconoé”) e Aguirre (“Caynocoe”) guardam a denominação Chaná. Segundo Susnik, esse grupo não era composto apenas pelos Chane, mas integrava grandes proporções de outros grupos chaquenhos (1978, p. 114).

A descrição de Sánchez Labrador é muito importante, porque permite que se entenda rapidamente como se estruturava o Alto Paraguai partindo desse fato fundamental: toda a coluna de povoados chaná que se estende pela margem ocidental do rio organiza-se em pares de aldeias. Assim, uma mesma estrutura vai se repetindo rio acima. A *parcialidad* chaná ou layaná compõe-se por uma aldeia (“propriamente chaná”) localizada sobre a costa do rio e, “a 12 léguas de distância” (60 km.), “em um bosque fechado”, uma segunda aldeia, de tamanho equivalente, que se confunde com a primeira sob o mesmo nome – “layaná”; o jesuíta indica que ambos os povos são “irmãos”. A mesma estrutura repete-se água acima, na *parcialidad* chabaraná ou echoaladi, “dividida em duas grandes aldeias, cada uma delas maior que a dos Layaná”; logo, onde se encontram os Te-

rena, que “se multiplicaram de modo a formar hoje dois grandes povos ou parcialidades”; apenas os Equiniquinao pareciam escapar à regra, mas veremos que não é bem assim.

Da descrição do jesuíta depreende-se, também, outro ponto recorrente. Se é verdade que, sobre a margem ocidental do rio, as aldeias chaná distribuem-se de duas em duas, para cada um desses pares corresponde, sobre a outra margem do rio, um acampamento mbayá. A primeira *parcialidad*, a dos Layaná, é, segundo Sánchez Labrador, “imediate” à missão de Belén e é por meio dos “capitães” de Belén que o jesuíta chega à aldeia. Como “Layaná” é um termo mbayá, é de se supor que Azara e Aguirre também identificam essa *parcialidad* por meio dos capitães belenistas. A mesma configuração repete-se na segunda *parcialidad*, a dos Chabaraná: as duas aldeias chaná situam-se sobre a margem ocidental do rio, enquanto sobre a margem oriental instalou-se o capitão que, segundo o jesuíta, está casado com uma capitã chaná. A situação é a mesma rio acima, onde, para os pares de aldeias echoaladi e terena situados à margem ocidental do rio, correspondem, na margem oposta, acampamentos mbayá como o de Gosogotegodi [Gotocogegodegi], cujo capitão, Guayicota, está casado com uma mulher da elite terena.

Zamuco

No século XVIII, aparecem as primeiras notícias sobre grupos chaquenhos de fala zamuco, alguns deles estabelecendo contato estreito com os grupos chané e guaikurú. O nome “zamuco” designa atualmente o grupo linguístico ao qual pertencem os Ayoreo e os Chamacoco ou Ishir; no século XVIII, entretanto, era apenas o nome de uma das *parcialidades* que falavam essa língua (COMBÈS, 2009).

Em todo caso, esse nome não está presente nas fontes mais antigas, ainda que seja provável que devêssemos identificar os Capayxoro do século XVI como grupo falante de zamuco. Com relação a essa época, os Capayxoro

²⁶⁸ Nome atual Kinikinau. É possível que os Equiniquinao fossem identificados com os Queliaquiano ou Quichaqueano do século XVI (COMBÈS, 2010, p. 251-252).

estão registrados ao sul da primeira cidade de Santa Cruz. Uma de suas *parcialidades* tinha um chefe chamado Morotoco (REPARTIMIEN-TO..., 2008 [1561], p. 105), nome, no século XVIII, de uma das *parcialidades* zamuco. Além disso, sabemos que a língua dos Capayxoro é diferente do guarani, do chané, do gorgotoqui e do payono.²⁶⁹

Os Capayxoro não ficaram à margem da conquista espanhola. Em 1584, o governador de Santa Cruz, Lorenzo Suárez de Figueroa, escrevia que, para ajudar a estabelecer um novo assentamento espanhol no rio Guapay, era preciso trazer, em um primeiro momento, índios das “províncias das comarcas de Santa Cruz” até que se conseguisse sujeitar os Tamacoci, Jore, Yuracare e Maure da região. Esses índios de Santa Cruz poderiam ser, como disse Suárez de Figueroa, os “Morotocos e Casachionos”.²⁷⁰

Ao contrário dos Chané e Mbayá, que apenas integraram as missões jesuíticas por um tempo curto, os grupos zamuco estiveram muito presentes nas reduções de Chiquitos ao longo de todo o século XVIII. Nessa época, apresentam-se dois conjuntos falantes de zamuco, um mais ocidental e outro mais oriental, que é o que mais nos interessa nessas páginas. Com efeito, os Zamuco oriental eram os que tinham mais contato com os Chané e Guaikurú, chegando inclusive a constituir uma “sociedade equestre” como os Mbayá (CORDEU, 1998, p. 136-139; COMBÈS, 2009, p. 68).

Entre os Zamuco mais orientais, encontram-se as *parcialidades* dos Cayptorade, Tunacho, Timinaha, Imono e Carao, todos com o mesmo dialeto. Seus contatos com os

grupos guaikurú estão bastante documentados: o padre Troncoso conta, por exemplo, que os diferentes grupos cayptorade juntavam-se geralmente em tempos de algarroba ou quando havia bastante peixe, mas que essas reuniões eram perigosas “pelo perigo de ser assaltado nos lugares em que se encontram tais mantimentos, dos Guaicurús”²⁷¹. Sánchez Labrador, por sua vez, conta que “cayptoradeses e tunchos” (Cayptorade e Tunacho) iam juntos, às vezes, colher os frutos de árvore chamado *nivadenigo* pelos Mbayá; “acontecia de sobrevirem os Guaicurús, e, nesse caso, houve duras brigas por conta disso, das quais levaram a pior os Guaicurús”; o mesmo jesuíta indica que os grupos dos Tunacho “não se furtavam a vir junto com os Guaicurús diversas vezes, ou procuravam fazê-lo de propósito, ou os avistavam por alguma contigência” (SÁNCHEZ LABRADOR, 1910 [177-], t. 1, p. 46, 52). Ao missionário Patzi, que os visitou em 1757, os mesmos indígenas responderam que pouco importavam os discursos sobre a imortalidade da alma, mas que o verdadeiro perigo naquele momento era a presença próxima dos Guaikurú, “índios ferozes e valentes” que poderiam tirar a vida de todos, indígenas ou jesuítas.²⁷²

Em consequência desses contatos com os Mbayá, os Cayptorade, como eles, possuíam cavalos “por meio do acordo que fizeram com os infiéis do Chaco”; isso os fazia, diz Montenegro, “superiores aos demais” grupos zamuco (MONTENEGRO, 1964 [1746], p. 85). Em uma expedição contra os Cayptorade realizada em 1738 pelo padre Contreras, os neófitos de San Juan conseguiram recuperar “uns 20 cavalos ou mais que haviam encontrado casualmente e os quais costumam comprar ou furto dos Guaicurús seus vizinhos ou comarcados”.²⁷³

²⁶⁹ CRÓNICA ANÓNIMA, 1944 [16—], p. 501.

²⁷⁰ AGI Pat. 235 r.8: 22, *apud* MUJÍA, 1914, t. 2, p. 413. Além da *parcialidad* do chefe Morotoco, também foi encomendada em Santa Cruz a do chefe Casacheano; é muito provável, ainda, que os chefes chamados Colope e encomendados em Santa Cruz tenham sido zamuco, pois, segundo Sánchez Labrador, “Colupies” era um dos nomes da *parcialidad* zamuco dos Ugaroño (1910 [177-], t. 2, p. 230); por outro lado, um dos Colope era chefe da *parcialidade* Tumuyeno, cujo nome é muito parecido com o dos grupos falantes de zamuco do século XVIII: os Timuyanos e os Tomoenos (ver COMBÈS, 2009, 2010, p. 92; 300).

²⁷¹ TRONCOSO 1762, *apud* MURIEL, 1955 [1766], p. 202-203.

²⁷² PATZI 1763, *apud* MURIEL, 1955 [1766], p. 209.

²⁷³ *Estado de las misiones de indios chiquitos*, 1753, pelo P. Miguel Streicher, AGN-BN leg. 355, doc. 6235; outra referência aos Cayptorade como “gente

Relação tributária e “dócil escravidão”

Desde o primeiro momento, a articulação entre Mbayá e Chané/Guaná foi descrita como uma relação assimétrica, na qual os primeiros ocupariam o rol de “senhores” e os segundos o de “vassalos”, em uma relação que poderíamos chamar de “tributária”. No que consiste tal relação? Como se organiza? Em que formas sociais se ampara?

As descrições disponíveis de fins do século XVIII nos dão uma ideia sobre a natureza de tal relação e, em particular, sobre o que parece ser um de seus momentos mais intensos, quando os “capitães” mbyá visitavam as aldeias chané/guaná. Era um momento solene, denso, mas também carregado de ambiguidade. As visitas eram recebidas pelo menos uma vez por ano, na época da colheita, e eles não permaneciam ali por mais de três dias. Os “capitães” guaikurú, sempre pouco numerosos, aproximavam-se da aldeia com seu cortejo de animais e de “servidores” e, atravessando a paliçada que protegia a aldeia, dirigiam-se diretamente para “a casa de seus servidores”:

Observam essa prática com tanta precisão que, caso a capitã mbyá tenha criados diferentes dos de seu marido, separam-se naqueles dias e cada um vive com os seus sem o menor sentimento. Nos três dias, manter aos senhores é responsabilidade dos servidores, e do quanto produzam suas lavouras lhes dão. (SÁNCHEZ LABRADOR, 1910 [177-], t. 2, p. 267).

Durante esse tempo, os convidados eram servidos nos mínimos detalhes: “fazem-lhes todos os favores pedidos e não titubeiam em abaná-los com asas e penas de pássaros para refrescar-lhes do ar abrasador ou para poupar-lhes da moléstia causada por tantos insetos voadores” (JOLÍS, 1972 [1789], p. 319).

Esses três dias eram, sobretudo, ocasião de importantes intercâmbios. Os Mbayá retornavam com diversos produtos dos campos guaná

à cavalo” nas *Anuas do Paraguai* de 1730-1734, apud CORTESÃO, 1955, p. 190. Existem também referências aos Tunacho e aos Timinaha como índios cavaleiros (REBOREDO, 2009 [1769]; PATZI 1763, apud MURIEL, 1955 [1766], p. 208; 210).

(“arroz, mel, frutos e raízes, milho e abóboras” ou então “algum grão para a viagem”²⁷⁴), principalmente com urucum, necessário para os adornos e pinturas corporais, e com manufaturas, reconhecidas até nos mercados de Assunção: “os Guaná dão a seus senhores algumas bolas de urucum ou de cosmético com o qual costumam pintar seus corpos e tecidos de algodão feitos como os nossos” (JOLÍS, 1972 [1789], p. 319); “à véspera da partida os Mbayás são presenteados [...] com uma bola de *nibadana*, com o qual se pintam de cor de carne, e alguma manta de algodão, seja branca, seja listrada de várias cores, que com primor tecem os Chanás” (SÁNCHEZ LABRADOR, 1910 [177-], t. 2, p. 267-68). Esses elementos eram trocados por “facas, lâminas de ferro, agulhas, pinças, anzóis e outras coisas parecidas e muito estimadas pelos selvagens, já que apresentam melhor resultado que suas facas de sílex ou de osso e do que as conchas que usam para cortar e arrumar o cabelo e belezas de todo o corpo” (JOLÍS, 1972 [1789], p. 319). Sánchez Labrador descreve as formas com que se concretizava esse intercâmbio: “acontece, pois, que o homem Chana fala a seu senhor e lhe diz. Eu não tenho faca, meu capitão, etc., e aquele, caso tenha, entrega-lhe. Assim a mulher pede contas de vidro, agulha, etc., a Mbayá divide com ela, sem restrição, suas mais estimadas bijuterias” (1910, [177-], t. 2, p. 268).

Extrema condescendência a desses capitães, que se deixam despojar impunemente por seus vassalos e que, do alto do seu orgulho, renunciam a qualquer violência ou represália:

Se [os Mbayá] não lhes dão de bom grado o que lhes pedem, [os Chaná] procuram compensar e recolhem furtivamente o que conseguem, sem que o gênio belicoso dos mbyá deixe outro indício de sentimento que dizer em tom moderado: *Olequeguigipi Niyolola*, são uns ladrões. Não o demonstram de outro modo, ficando os Chaná com o que recolheram e retirando-se os despojados para suas tendas. (SÁNCHEZ LABRADOR, 1910 [177-], t. 2, p. 268).

²⁷⁴ JOLÍS, 1972 [1789], p. 319; SÁNCHEZ LABRADOR, 1910 [177-], t. 2, p. 267.

Talvez isso permita compreender por que as visitas nunca duravam mais de três dias, assim como a posição de intermediários que, de algum modo, os Mbayá representavam. Os tecidos guaná eram transportados até os centros coloniais, onde eram vendidos ou trocados. Da mesma forma, o ferro – facas, anzóis, agulhas – que os Mbayá traziam provinha das fronteiras coloniais, onde havia sido trocado por cavalos ou tecidos, ou roubado no assalto a algum comboio português ou espanhol. De modo que, segundo Sánchez Labrador, “nessas visitas os Guaná saíam ganhando dos Eyiguayegui”. O que torna, no mínimo, problemática aquela imagem inicial segundo a qual alguns dóceis agricultores teriam sido submetidos por ferozes guerreiros que lhes cobravam tributo e arrebatavam riquezas. De fato, diz Azara,

Essa escravidão é bem dócil, porque os Guaná se submetem voluntariamente a ela e dela renunciam quando querem. Além disso, seus amos apenas lhes dão ordens; não usam nunca um tom impositivo ou de obrigação e dividem tudo com os Guanás, inclusive os prazeres carnis, considerando que o Mbayá não é ciumento. (AZARA, 2009 [1809], p. 299).

A imagem é ainda mais problemática quando se atenta para este outro dado, que é o da origem ou da legitimidade sobre a qual se sustenta a autoridade dos “capitães” mbayá. Com efeito:

Os Chanas estão divididos em capitánias. As principais são as dos caciques que são como régulos dos demais. As capitánias menores procuram dar continuidade à mística nobreza de seu sangue casando-se entre si aqueles de hierarquia semelhante para não rebaixar-se com a plebe. (SÁNCHEZ LABRADOR, 1910 [177-], t. 1, p. 26).

Sobre a sujeição dos Chané aos Mbayá, o jesuíta agrega: “Não pudemos averiguar que os conquistaram por meio das armas, mas sim pela união de seus casamentos” (1910 [177-], t. 1, p. 267). Nessa servidão, insiste Sánchez Labrador, tudo é questão de parentesco:

Alguns caciques ou capitães Eyiguayeguis [mbayá] casaram-se a seu modo com cacicas

ou capitãs guanás. Os vassallos destas, uma vez mortas, permaneceram em um perpétuo feudo em relação aos descendentes dos maridos de suas senhoras [...] Tudo está fundado em parentesco, sem que essa dominação se pretenda por meio das armas ou da conquista. (SÁNCHEZ LABRADOR, 1910 [177-], t. 1, p. 267; t. 2, p. 266).

Ou seja, a relação hierárquica da qual se beneficiam os Mbayá lhes antecede, e teriam herdado os direitos que as “capitãs” chané já desfrutavam. Ou então, que nas “multidões” que caracterizavam seus acampamentos, um número considerável de indivíduos já estava subordinado às capitãs e cacicas como herança de seus esposos guaikurú: esse é o caso da capitã chané casada com Caminigo: “a mulher tem muitos vassallos echoaladis, que é uma parcialidade muito numerosa dos Guaná, e todos são criados de seu marido” (SÁNCHEZ LABRADOR, 1910 [177-], t. 1, p. 267). Em outras palavras, os guerreiros mbayá não conquistaram as aldeias chaná transmitindo-lhes o sentido da hierarquia e da servidão: ao contrário, e esta é uma questão importante, o sistema de hierarquias mbayá é uma prolongação da sociologia chaná. Pode-se argumentar com uma questão similar a respeito da sociedade chiriguano, do outro lado do Chaco, onde os migrantes guarani uniram-se com as mulheres das “casas nobres” chané (COMBÈS; LOWREY, 2006; COMBÈS; VILLAR, 2004).

Assim, a “escravidão” guaná não é tal e, sobretudo, a “dominação” mbayá é exercida a partir de uma instituição própria da sociedade dominada. Agora, se isso é assim, cabe, evidentemente, perguntar-se como e sobre quem as “cacicas” e “régulos” exerciam suas prerrogativas reais.

Relação de dependência socioperiférica e colônias chaquenhas

A partir da aldeia layaná, diz Sánchez Labrador, criou-se “uma numerosa colônia que, por sua localização, não muito distante

de sua matriz, nem do rio Paraguai, recebeu o nome de Nigati Ciboé. Os Mbayás a chamam Neguecaga Temigii” (1910 [177-], t. 2, p. 255). “Nigati Ciboé” corresponde ao “Nicatisiroe” mencionado por Aguirre (1948 [1783]) e ao “Nigotisibué” de Azara (2009 [1809]). A dominação mbyá “Negueca temigii” poderia corresponder ao “Niquegoc-temic”, também mencionado por Azara, e ao “Neguccagatemí” de Jolís, a correspondência geográfica serve como apoio. O intérprete de Azara fala-lhe em quatro povos de cerca de 300 indivíduos que vivem a um dia de caminhada do rio em direção ao poente, a 21°32’ de latitude sul. O diário de viagem de Sánchez Labrador agrega que os Neguecayatemigui “formam uma população de cerca de 300 famílias. É colônia do povo de Chaná; seu modo de vida, labrador; gênios e rituais são os mesmos” (1910 [177-], t. 1, p. 32-33). Uma “colônia”? Por que sublinhar que seu gênio e seus rituais são os mesmos? Que relação essa “colônia” estabelece com sua “matriz” layaná? Acima de tudo, em relação aos grupos descritos, seria esse o único que poderia ser identificado como uma “colônia”?

Talvez, na falta de fontes explícitas sobre esse assunto, a rede de intérpretes que sustentando cada uma dessas descrições pode deixar alguma pista. Com efeito, Jolís, Azara, Sánchez Labrador ou Aguirre registram etnônimos diferentes para esse mesmo espaço, de acordo com a rede de seus guias e intérpretes. O jesuíta Jolís e o militar Aguirre encontram-se em situação análoga, embora inversa: o primeiro utiliza apenas as denominações mbyá, o segundo enxerga esse mundo em guaná. Jolís nunca esteve pessoalmente nessa região; suas informações são indiretas: foram compiladas ou transcritas a partir de outros observadores, provavelmente dos missionários de *Nuestra Señora de Belén de Mbayás*. Vista desde fora, de fato, a paisagem que descreve está constituída integralmente por denominações mbyá: “Lajana”, “Ecalopadi”, “Eterenas”, “Equiniquinaos”,

“Neguccagatemis” são todos termos guaikurú. Aguirre encontra-se em situação inversa. Escreve “Nicatisiroe” em vez do “Neguccagatemis” de Jolís, “Chaarayaane” no lugar de “Ecaloadi”, “Caynocoe” no de “Equiniquinao” etc. O capitão não descreve esse mundo a partir da missão de Belén de Mbayás, mas sim a partir do *Fuerte Borbón (Fuerte Olimpo)*, no coração do sistema alto-paraguaiense: todos os termos retidos são termos chaná, e deve-se pensar que ele não desconhece essa língua, uma vez que propõe uma descrição sumária e a tradução de alguns de seus vocábulos. A lista mbyá de Jolís e a lista guaná de Aguirre tornam-se mutuamente inteligíveis por meio da descrição de Sánchez Labrador: ao longo de sua viagem rumo a Chiquitos, vai acompanhado por guias eyiguayegui, mas busca permanentemente estabelecer um laço direto com os “caciques” chaná, de modo que registra ambas as denominações, a que lhe ditam seus guias e a que rouba de seus interlocutores acerca do terreno; sua descrição sobrepõe a etnonímia mbyá e a chaná. Chegariam a dizer, inclusive, que tenta desmentir a etnonímia mbyá a partir da guaná e, desse modo, debilitar a tutela dos “capitães” mbyá sobre os “dóceis camponeses” chaná que se prepara para evangelizar.

Das quatro etnonímias disponíveis, a de Azara é a mais interessante, uma vez que é a mais irregular. Intercala constantemente termos mbyá e termos chaná. Não procura ater-se a uma delas, nem desmentir a primeira a partir da segunda; passa de uma a outra sem uma ordem aparente, vindo “Nigotisibué” com Aguirre, onde Jolís anotava “Neguccagatemi”, e concordando com este último nos “Echoaladi” que o primeiro chamava “Chaarayaane”. Mas essa desordem é apenas aparente, e as coisas complicam-se nesse ponto. Com efeito, Azara identifica, a partir da terminologia mbyá, as *parcialidades* “layaná”, “echoaladi” e “ethelenoé”, ou seja, as principais *parcialidades* chaná da região, cada uma constituída por duas aldeias irmãs e submetida ao controle dos respectivos ca-

pitões guaikurú instalados na margem oposta do rio Paraguai. Em compensação, recorre à terminologia chaná para referir-se às *parcialidades* menos significativas: “Caynaconoé” e “Nigotisibué”, por exemplo. Sabemos também que se tratam dos únicos núcleos que não se organizam em pares de aldeias irmãs: já vimos o caso da “colônia” Nigati-ciboe, descrita por Sánchez Labrador, e também se pode mencionar o caso de “Caynaconoé”. Não acreditamos que se trate de um acaso. Nossa hipótese é que a terminologia utilizada por Azara respeita ou reforça a estruturação política desse espaço. Os nomes utilizados contêm em si a estrutura política que qualificam. Assim, Azara refere-se aos grandes núcleos chaná por meio da língua dos capitães

mbayá que os controlam, tal qual se refere às colônias chaná situadas Chaco adentro por meio da língua das “cacicas” chaná que as fundaram. Ou seja, **Azara descreve em mbayá a esfera de influência dos capitães mbayá e em chaná a respectiva esfera de influência chaná.** De acordo com essa hipótese, na descrição de Azara, as “colônias” chaquenhas deveriam distinguir-se de suas “matrizes” chaná na medida em que são denominadas em chaná. Quais dos grupos descritos pelo militar espanhol respondem a esse critério? A colônia de Nigali-Ciboe, evidentemente, assim como o acampamento de Caynaconoé, já mencionado, mas também estes três outros acampamentos: Yunaeno, Tay e Yamoco.

Tabela 1. Etnonímia do Alto Paraguai (1760-1800)

Em negrito: nomes chané

Em itálico: nomes mbayá

Sánchez Labrador		Azara	Aguirre	Jolís
Chaná , <i>Layana</i>	2 aldeias	<i>Layaná</i> , <i>Eguaachigo</i>	<i>Layyaná</i>	<i>Lajana</i>
	1 colônia: Nigali-Ciboé (<i>Neguecapatamigi</i>)	Nigotisibué	Nicatisiroe	<i>Neguccagatemi</i>
Choarana (<i>Echoaladi</i>)	2 aldeias	Chabaraná , Choroana , <i>Echoaladi</i>	Chaarayaane	<i>Ecaloadi</i>
Terena (<i>Etele-na</i>)	2 aldeias: <i>Alomegodigi</i> <i>NagatagEgodigi</i>	<i>Ethelenoé</i>	Tereone	<i>Eterena</i>
Quainocóna (<i>Equiniquinao</i>)		Caynaconoé	Caynocoe	<i>Equiniquinao</i>
?	?	Yunaeno	?	?
?	?	Tay	?	?
?	?	Yamoco	?	?

Fonte: Adaptação do quadro de RICHARD, 2008, p. 141.

Se tal hipótese é correta, Yunaeno, Tay, Yamoco, Nigati-Ciboe e Caynaconoé não são aldeias chaná propriamente ditas, mas, antes, *colônias* chaná situadas Chaco adentro, nas quais se agrupam populações chaquenhas de diferentes conjuntos (zamuco, mascoy etc.). Aguirre (1948 [1783]) traduz Caynocoé como “pessoas que fazem frente ou fronteira”, e Susnik diz sobre eles que “no horizonte chané tem o estatuto de Chané-má, ou seja, ‘acompanhante, parentes, associados’, o que indica a predominância de uma massa integrada de não chané” (1978, p. 114). Sánchez Labrador fala explicitamente de “colônia” quando menciona as 300 famílias que constituem as aldeias Nigati Ciboe, satélites da “matriz” layaná. Segundo Susnik,

Os Layaná, como os arawak em geral, praticam o fracionamento das aldeias povoadas em excesso, a fração separada impõe-se sobre um núcleo de origem étnica diferente, frequentemente de cultura paleolítica, que é o que caracteriza o dinamismo expansionista dos Arawak. (SUSNIK, 1978, p. 110).

A autora destaca o fato de que as “culturas paleolíticas”, nesse caso aquelas do interior do Chaco, não organizam povoados como os descritos por Sánchez Labrador e, portanto, os “colonos” layaná não se impõem sobre um núcleo preexistente, mas o constituem: a força dessa dinâmica não está na sua capacidade de impor-se às aldeias diferentes ou rivais, mas em atrair e organizar em aldeias populações de diversas origens.

Assim, os grandes núcleos chané/guaná do Alto Paraguai estariam exercendo uma ação colonizadora no interior do Chaco, atraindo e reagrupando populações heterogêneas em torno de “colônias” que dependem de suas “matrizes” e das “capitãs” e “reizinhas” chaná que as governam. Os “Toyanas” descritos pelos espanhóis de Assunção no século XVI poderiam corresponder a uma dessas “colônias”. Com efeito, Schmidel diz, a respeito deles, que “também são vassalos dos Mbayae como os chané anteriores” (SCHMIDEL, 2008 [1567], cap. 45); mas Antonio Rodrigues dá

uma informação estranha sobre esse grupo: ainda que os Mbayá não sejam canibais, “têm entre eles alguns que chamam por Taonas e a esses dão de comer seus inimigos quando os rendem” (1956 [1553], p. 476). Os “Toyanas” ou “Taonas” podem corresponder ao Tay ou Taiy mencionado por Azara entre as *parcialidades* chané do Chaco (2009 [1809], p. 233), com a agregação do plural chane (*ono*): “Taiyono”. Assim como “Tay” corresponde a uma de nossas prováveis “colônias”, a ênfase na sua condição canibal seria acima de tudo a alegoria de uma diferença: ainda sujeitos aos centros alto-paraguaienses, mas *distintos*.

Da mesma maneira, a “colônia” Yamoco era, sem dúvida, povoada por grupos falantes de zamuco em relação socioperiférica com os chanés – realmente, “yamoco” ou “aamoco” são versões de “chamacoco” ou “zamuco”, nome chané que significa “cachorro”.²⁷⁵ Mas o exemplo mais decisivo seria, sem dúvida, o da “colônia” Nigali-Ciboe. De fato, esta se localizaria ali mesmo onde, a fins do século XIX, os observadores (BOGGIANI, 1898) situam um grupo “guaná” ou “kaskiha”. Métraux (1946) qualifica a esses Kaskiha de “falsos guaná”, por falarem uma língua da família mascoy. Assim, diz, “os Kaskiha, antes conhecidos por ‘Guaná’, não devem ser confundidos com os ‘Guaná’ de língua arawak” (1946, p. 225). Entretanto, apesar da facilidade com que Métraux se desfaz desse problema, o dado fundamental continua sendo este: alguns “falsos Guaná” apareceram no final do século XIX exatamente onde, um século antes, Sánchez Labrador descrevia a existência de uma “colônia” guaná. Métraux dá como definitivo o argumento linguístico: os “verdadeiros” Guaná falam uma língua arawak, e esses, uma língua mascoy. Mas é próprio da ação colonizadora arawak (de toda ação colonizadora) justamente atrair e nuclear as populações de língua e origem diversas; nada impede que, em Nigali-Ciboe, se falasse mascoy, assim como, provavelmente, em Yamoco se falasse zamuco. Por último, e talvez o mais decisivo, segundo Susnik, esses

²⁷⁵ Ver RICHARD, 2008; COMBÈS, 2009.

Mascoy dizem sobre si mesmos que são “Chanémesh-má”, pessoas aparentadas com Chané. Se fosse o caso, estaríamos de forma verossímil frente a uma colônia guaná constituída com pessoas de horizonte mascoy, integrada e aparentada à esfera guaná/chaná, reconhecida desse modo “Guaná” e referindo-se a si mesma como “Chané-má”. O deslocamento do complexo alto-paraguaiense, a princípios do século XIX, teria tornado invisível essa implicação periférica das populações mascoy, tornando-as um elemento incongruente para os observadores de fins do século XIX, os “falsos Guaná” de Métraux, colônia chaná abandonada por seus caciques chané.

A hipótese dos “Kaskiha/falsos Guaná” como prolongamento da “colônia” chané de Nigali-Ciboe foi enunciada de maneira tímida por Susnik em distintos momentos de sua obra. Trata-se de pensar um tipo de relação que a antropóloga eslovena chama de “dependência socioperiférica”, ou seja, populações chaquenhas heterogêneas atraídas por núcleos de povoamento mais maciços (chiquitano, otuké, arawak) sem, deste modo, estar completamente assimiladas a eles, em uma espécie de situação intermediária, instável, flutuante. Esse tipo de relação seria decisivo para entender como uma série de grupos foi se formando ou se cristalizando sobre toda a margem chaquenha do complexo alto-paraguaiense. Assim, por exemplo, a “festa dos *anabsoro*”, principal acontecimento ritual dos grupos ishír (chamacoco) do Alto Paraguai, pode ser interpretada integralmente na esteira dessa hipótese (RICHARD, 2008, parte II): em um tempo antigo, pessoas “sem entendimento” vindas do interior do Chaco vão somando-se ao acampamento criado por alguns “estrangeiros” (*anabsoro*), que lhes contam sobre o canto e as artes plumárias, a lógica e as técnicas da caça; essa “época de ouro” desemboca em uma série de conflitos e guerras que terminam com a expulsão dos estrangeiros e a chegada dos homens novos, os Ishír. Levando o mito ao pé da letra, os Ishír não passariam de uns “falsos *anabsoro*”.

Aqui, então, a imagem de conjunto é desenhada: uma coluna massiva de populações “chaná” articulada em pares de aldeias que se distribuem sobre a costa ocidental do rio Paraguai. Esses núcleos contam com uma quantidade populacional relevante, desproporcional em relação à demografia pouco densa que caracteriza o resto da zona. Essa coluna de pares de “aldeias irmãs” vive em estreita relação e sob o controle dos “capitães” mbyá, que acampam com seu grupo na margem oposta do rio e que mediam a relação com a frente colonizadora. Trata-se de uma primeira articulação que reúne os capitães mbyá e seus “vassalos” chaná, à qual podemos chamar de “relação tributária”. Mas a esfera chaná transpassa também para o lado chaquenho, ao ocidente, onde funda “colônias” nas quais se agrupam populações de diversas origens. Yamoco, Nigali Ciboe, Caynaconoé, Yuaneno são, assim, colônias arawak Chaco adentro. Constituem cristalizações periféricas de caráter heterogêneo, nas quais se agrupam populações de substrato mascoy (p. ex. Nigati Ciboe) ou zamuco (Yamoco, Yunaeno). A identidade dos mais setentrionais “Caynaconoé” permanece incógnita (otuké? zamuco?). Trata-se, então, de uma segunda articulação, que relaciona os focos chaná e as populações do interior do Chaco, que completa a primeira, e a que chamamos, como Susnik, de “dependência periférica” (Ilust. 102).

Palavras finais: a crise do sistema alto-paraguaiense

Nossas melhores fontes sobre o sistema mbyá-chané datam do momento de seu ocaso. A situação poderia parecer paradoxal; entretanto, é compreensível: foi nos acampamentos mbyá de Mato Grosso, já muito mais acessíveis que as antigas “tendas” chaquenhas, que os espanhóis e portugueses puderam observar os últimos esplendores da dominação guaikurú.

Segundo vários autores, os Mbayá frequentemente manifestaram um interesse aberto pela margem oriental do Paraguai e pelo sul de Mato Grosso, já a partir de meados do século XVII, fazendo incursões (atacando as missões, em particular) e retornando ao Chaco, enquanto algumas *parcialidades* permaneciam (KERSTEN, 1968 [1903], p. 67; MÉTRAUX, 1946; SUSNIK, 1978, p. 94). Eram vários os motivos dessa atração: as oportunidades para roubar cavalos, segundo Métraux e Kersten; a falta de espaço no Chaco, segundo Sánchez Labrador: “como se multiplicaram muito, foi preciso procurar novos terrenos, e muitos caciques passaram para a margem oriental”, o que explicaria, de acordo com o jesuíta, porque muitos Chané também cruzaram definitivamente o rio Paraguai (1910 [177-], t. 1, p. 266); além, evidentemente, do assédio das frentes colonizadoras espanholas e portuguesas, assim como a atração provocada pelo tráfico de gente e mercadorias para as minas de Mato Grosso.

Os primeiros grupos mbayá que se estabeleceram na margem oriental do rio Paraguai, no atual estado de Mato Grosso do Sul, foram os dos Apacachodegodegi (“gente da terra dos avestruzes”), que se instalaram entre os rios Apa e Ypané-Aquidaban; os Lichagotegodi, “os da pedra avermelhada”; os Eyibegodegi, “os setentrionais”; e os Gotocogodegi, “a gente do canavial”, até o rio Miranda (SUSNIK, 1971, p. 57-60); mantiveram por um tempo contato com as terras chaquenhas, e outros grupos, como os futuros Kadiwéu (Cadigueodi), ficaram vivendo na margem ocidental do rio.

Seja como for, no século XVIII, os Mbayá estão muito presentes em Mato Grosso, e há sinais deles nos caminhos que levam para Cuiabá, ameaçando os centros mineiros,²⁷⁶ inclusive estabelecendo aliança com os Payaguá (SUSNIK, 1971, p. 64). No fim do século,

a maioria dos Mbayá vive na margem oriental do Paraguai e no sul de Mato Grosso.

Nessa mesma época, as fontes são unânimes ao descrever como a relação entre Chané/Guaná e Mbayá alcançou um ponto crítico. Talvez o elemento mais sintomático dessa crise seja o grau de violência que os “capitães” mbayá têm que exercer para manter suas prerrogativas. Aos intercâmbios regulamentados entre ambos os grupos, às suas alianças de parentesco e sua complementariedade funcional, à sua proximidade social e aos seus estatutos mutuamente inteligíveis, sucedem, progressivamente, violências e incompreensões, ataques imprevistos e intrigas veladas, repressões e fugas que atestam o grau de desestruturação que essa relação havia alcançado até 1800:

Os Uaicurús, sempre errantes e sempre atrozmente guerreiros, fiados dos seus cavallos e conhecendo toda a sua força e superioridade sobre as outras nações que os não têm, sempre flagellaram os Guanás com uma guerra de diarias emboscadas e intempestivos ataques, não sobre suas aldeias, que sempre cercam de estacadas, mas sim estragando-lhes as suas plantações, e espreitando-os tanto na suas roças como quando iam e voltavam d’ellas; ou no campo matando e captivando os que apanhavam em descuido, e em menor numero. Estragos e danos que obrigaram os Guanás a pedirem paz, e a deixarem-se chamar seus cativos, dando-lhes voluntariamente parte das suas coleitas, para pouparem o resto, e as mortes que cada anno soffriam. (ALMEIDA SERRA, 1845 [1803], p. 208).

Tais níveis de violência, com populações refugiadas nas aldeias protegidas por paliçadas, sitiadas por grupos de cavaleiros mbayá, impedidos de ir a seus campos, pagando continuamente o preço – em cativos, em manufaturas, em alimentos – de uma paz relativa, já anunciam definitivamente a derrubada do sistema, sua “desintegração”, nos termos de Susnik (1971, p. 80). Jesuítas e militares se dão conta disso. Sánchez Labrador narra o diálogo clandestino que travou, no meio da noite, com um cacique

²⁷⁶ Ver, entre outros exemplos: COLETÂNEA, 2007, vol. 5, p. 167 (ano de 1730); vol. 1, p. 80 (ano de 1734) e vol. 2, p. 44 (ano de 1734).

guaná: escapando da vista dos “capitães” mbyá que acompanhavam o jesuíta, ele veio pedir-lhe encarecidamente que se fundasse uma missão entre os Guaná, apesar do que pudessem dizer os Mbayá, para que lhes servisse de proteção.²⁷⁷ No dia seguinte, os acólitos guarani do jesuíta colocaram uma grande cruz no meio da aldeia onde, um ano mais tarde, seria criada a missão de San Juan Nepomuceno, alguns quilômetros ao norte da foz do rio Apa. Quinze anos depois, o militar Francisco Rodrigues do Prado transcreve uma segunda versão dessa mesma situação, sob a ótica militar:

A nação Guaná, que é muitas vezes maior do que a dos seus opressores, presentemente vão conhecendo a superioridade do seu numero e sacudindo o jugo tyrannico a que estavam submettidos, tanto que no anno de 1793, no mez de Junho, vieram ao presidio da Nova Coimbra pedir a protecção dos Portuguezes mais de 300 [...] depois disto continuou a vir a Coimbra independente dos Guaicurús. (RODRIGUES DO PRADO, 1839 [1795]).

Com efeito, a partir de 1760, aproximadamente, os grupos guaná começam a abandonar progressivamente a margem ocidental do rio Paraguai para transmigrar em direção ao atual Mato Grosso do Sul, para a bacia do rio Miranda, perto dos fortes militares recentemente instalados pelos portugueses. Aí os encontram Rodrigues do Prado ou Almeida Serra, citados no início destas páginas, gozando ainda de algum status privilegiado nos acampamentos mbyá, mas também rodeados de outros cativos, como os Chamacoco, capturados desta vez diretamente pelos Mbayá, sem

²⁷⁷ “Não estranhe que em momento tão intempestivo venha falar contigo: com isso, pretendo fugir do registro dos Oquilidís [Mbayá], e de que me escutem. O que quero lhe dizer é que não acredite naquilo que podem ter lhe informado contra minha nação chaná. Sem dúvida escutou de suas bocas que os Layanas somos ladrões e maus. Rogo a ti que não faça caso dessas palavras. Os Chaná somos boa gente: não incomodamos a ninguém: usamos nosso tempo para cuidar de nossas sementeiras. Os maus, os ladrões, são os Eyiguayeguis, que retiram o sustento nosso e o de nossos filhos e mulheres” (SÁNCHEZ LABRADOR, 1910 [177-], t. 2, p. 270).

a mediação da “dependência socioperiférica” de tempos passados.

Como é possível explicar a crise da relação mbyá-chané? Sem dúvida, vários fatores interferiram. Nessa época, as reformas borbônicas transformam globalmente as relações entre as populações indígenas e os núcleos de colonização. A caça a escravos e as guerras de tempos passados mudam progressivamente para uma “integração comercial” das populações indígenas periféricas. Essa “abertura” do mundo colonial muda a situação das aldeias chané. Estas já não necessitam da proteção armada dos Mbayá para se defenderem das caçadas a escravos, já podem deslocar-se em direção aos povoados paraguaios ou brasileiros sem recorrer à mediação dos “índios cavaleiros”. Como diz Susnik (1971, p. 80), os Chané trocaram, de alguma forma, o serviço para os Mbayá pelo serviço para os crioulos. Azara descreve, em meados de 1785, a nova situação:

Vê-se cotidianamente grupos de cinquenta a cem Guaná descerem para o Paraguai para oferecerem aos espanhóis seu trabalho como agricultores e, inclusive, como marinheiros, uma vez que vão até Buenos Aires [...] Quando entram em território espanhol, deixam suas armas no primeiro *Juez de Paz* que encontram para recuperá-las ao voltar. [...] As tropas guaná tomam frequentemente essa última opção [retornar a suas aldeias] após um ou dois anos, levando consigo o que ganharam, ou seja, roupas e utensílios de ferro. (AZARA, 2009 [1809], p. 230).

Podendo estabelecer trocas livremente com o espaço colonial, para o qual levam tecidos e força de trabalho, e do qual trazem roupas e ferro, para que manter alguns “senhores” mbyá dos quais já não necessitam? Daí decorre a violência desesperada dos “cavaleiros”, para, sem êxito, preservar as relações de outra. Segundo Almeida Serra, os capitães mbyá opuseram-se tenazmente a que distintos grupos guaná pudessem instalar-se de forma autônoma nas proximidades dos fortes e a que os militares garantissem sua segurança. Mas não puderam impedi-lo; a princípios do século

XIX, o sistema mbyá-guaná chega, definitivamente, ao fim: os capitães mbyá perdem definitivamente suas prerrogativas sobre as multidões chaná, as quais, libertas da tutela de seus

capitães, integram-se progressivamente nas frentes de colonização portuguesa, constituindo o que Cardoso de Oliveira (1960) chamou de o “processo de assimilação dos Terena”.

As autoras e os autores

Graziele Acçolini é mestre em Antropologia pela PUC/SP; doutora em sociologia pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia/FCL, Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), campus de Araraquara; membro do CEIMAM (Centro de Estudos Indígenas Miguel A. Menéndez) e da Fundação Araporã. Docente do curso de Ciências Sociais e do PPGAnt, FCH/UFGD.
E-mail: grazieleaccolini@hotmail.com

Rodrigo Luiz Simas de Aguiar nasceu em Laguna (SC) em 09 de maio de 1974, é bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1997) e doutor em Antropologia pela Universidad de Salamanca, Espanha (2003). Desde 2008 é professor efetivo da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), nas áreas de Antropologia e Arqueologia. Atua como docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFGD e como professor convidado do máster em “Antropología de Iberoamérica” da Universidad de Salamanca. Desenvolve pesquisas nas áreas de Arqueologia pré-histórica e de Antropologia cultural.
E-mail: rodrigoaguiar@ufgd.edu.br

Antônio Hilário Aguilera Urquiza é doutor em Antropologia pela Universidade de Salamanca (Espanha); professor de Antropologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, assim como pesquisador e professor do programa de pós-graduação em Antropologia (PPGAnt) da Universidade Federal da Grande Dourados e professor colaborador do programa de pós-graduação em educação da UCDB; pesquisa crianças indígenas, formação de professores indígenas e políticas públicas em comunidades quilombolas de MS; líder do grupo de pesquisa (CNPq) ‘Antropologia, Direitos Humanos e Povos Tradicionais’.
E-mail: hilarioaguilera@gmail.com

Fernando Augusto Azambuja de Almeida é graduado em História, coordenador técnico do centro de documentação TekoArandu/NEPPI/UCDB e do laboratório de História LABHIS/UCDB/Campo Grande-MS.
E-mail: azambujahist@yahoo.com.br

Pablo Antunha Barbosa é doutor em Antropologia social pela École de Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS-Paris, França) e pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN-UFRJ). Realiza pesquisas antropológicas e históricas com povos indígenas do Brasil e do Paraguai. Pós-doutorando do PPGAS, Museu Nacional/UFRJ (FAPERJ). Este artigo foi elaborado com bolsa do programa Pós-Doutorado Nota 10 da FAPERJ.
E-mail: pablo.antunha.barbosa@gmail.com

Marcus Vinícius Beber é bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, possui mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e doutorado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Atualmente é professor do curso de graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e pesquisador do Instituto Anchieta de Pesquisas. Tem atuado em pesquisas arqueológicas desde 1990 em Mato Grosso do Sul, na Bahia, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.
E-mail: mvbeber@gmail.com

Eduardo Bospalez é doutor em Arqueologia no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP), professor no Departamento de Arqueologia na Universidade Federal de Rondônia, tem vários artigos publicados.
E-mail: eduardo.bospalez@unir.br

Antônio Jacó Brand foi doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, atuou por 16 anos na Universidade Católica Dom Bosco, UCDB, como pesquisador e docente nos programas de mestrado em educação e desenvolvimento local, assim como coordenador do programa Kaiowá/Guarani/UCDB e do Projeto Rede de Saberes. Morreu aos 62 anos de idade, em 03 de julho de 2012. Deixou uma pesquisa seminal na História Indígena em Mato Grosso Sul.

Márcia Campos é licenciada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (2012). Pesquisa mulheres Indígenas e viajantes no século XIX; Mato Grosso no século XIX; Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda: descentralização do poder; participação social e as novas relações sociais no mundo do trabalho; qualificação social e profissional (índios e quilombolas).

E-mail: mcgew@hotmail.com

Iára Quelho de Castro é doutora em Ciências Sociais, área de etnologia indígena, pela UNICAMP. Professora na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana, onde coordena o Laboratório de História Indígena (LHIN-CPAQ). Integra o grupo de pesquisa Povos Aruák, coordenando a linha 'História, memória e saberes indígenas', com pesquisas sobre os povos Kinikinau e Terena.

E-mail: jqcastro@uol.com

Rosa Sebastiana Colman possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1999) e mestrado em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco (2007). Atualmente atua como pesquisadora no Programa Kaiowá/Guarani-Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre populações Indígenas na Universidade Católica Dom Bosco, MS e é doutoranda no programa em Demografia IFCH/UNICAMP. Possui domínio da língua Guarani e tem experiência na área de ensino de Geografia, com ênfase em Territorialidade e Educação Indígena.

E-mail: rosacolman01@yahoo.com.br

Gustavo Costa do Carmo é acadêmico de História pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq). Atua como colaborador do Centro de Documentação e Biblioteca Digital Indígena TekoArandu (CEDOC) do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas (NEPPI). Atualmente, desenvolve pesquisas sobre cosmologia, organização social e recursos naturais junto aos Kaiowa e Guarani, povos que vivem na fronteira Brasil/Paraguai, Cone Sul do MS.

E-mail: gusta.historia@gmail.com

Graciela Chamorro tem doutorado em Teologia (1996 EST – São Leopoldo RS) e em Antropologia (2008 Philipps Universität Marburg – Alemanha). Desde 1983 mantém contato com os povos guarani falantes, sobretudo com os do Brasil. Suas pesquisas resultaram em vários livros e artigos sobre a história, religião e língua desses povos. É professora de História indígena na Universidade Federal da Grande Dourados.

E-mail: chamorro_graciela@hotmail.com

Isabelle Combès tem doutorado em Antropologia (EHESS, Paris 1992). É investigadora associada do Instituto Francês de Estudos Andinos e professora permanente do PPGH da Universidade Federal da Grande Dourados. Integra o Taller de Estudios e Investigaciones Andino/Amazónicas da Universidad de Barcelona. É autora de numerosos livros e artigos sobre a história dos indígenas das terras baixas da Bolívia e regiões adjacentes.

E-mail: kunhati@gmail.com

Carlos Alberto dos Santos Dutra é especialista e mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Tem formação em Filosofia (UCPel/UNIMES), Teologia (PUCRS), Ciências Sociais (UNESP) e Direito (UFMS). Desde 1986 dedica-se à pesquisa dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul, tendo atuado como indigenista no CIMI, e, como antropólogo colaborador, na FUNAI, na identificação da área indígena Ofaié. Pesquisador da UFMS, com diversos livros publicados, atualmente é professor do IFMS/Três Lagoas e presta consultoria sobre a Etno-história ofaié para instituições de ensino e empresas privadas.

E-mail: dutracarlito@outlook.com

Eva Maria Luiz Ferreira é mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Integra a equipe de pesquisadores do Programa Kaiowá/Guarani-Núcleo de Pesquisa das Populações Indígenas (NEPPI) da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) atuando principalmente nos seguintes temas: Serviço de proteção aos índios e a participação dos índios Kaiowá Guarani como mão de obra nas frentes econômicas de exploração em território indígena no Sul de Mato de Grosso. Docente no curso de História da UCDB.

E-mail: evam@ucdb.br

André Freitas é graduado em História pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/Campus Santo Ângelo/RS), mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados, onde atualmente cursa o doutorado em História e atua como professor da Faculdade Intercultural Indígena. Entre suas publicações consta Reduções Jesuítico-Guarani: Espaço de diversidade étnica (2013).

E-mail: andrefreitashistoria@gmail.com

Odair Giralдин é doutor em Ciências Sociais (ênfase em Etnologia indígena) pela Unicamp. É professor do curso de História e do mestrado e doutorado em Ciências Ambientais (PGCIAMB) da Universidade Federal do Tocantins. Coordena o núcleo de estudos e assuntos indígenas (NEAI) na mesma instituição. Realiza atualmente pesquisas com os povos indígenas do Tocantins com as temáticas de educação escolar e organização social e parentesco.

E-mail: giraldin@mail.uft.edu.br

Carlos Barros Gonçalves é licenciado e mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados, doutorando em História na Universidade Federal do Paraná. É funcionário da UFGD, atuando como técnico administrativo no Centro de Documentação Regional (CDR). Pesquisa missões e movimentos religiosos, tendo publicado sobre o movimento ecumênico e a evangelização dos povos indígenas em Mato Grosso do Sul, o livro *Até os confins da terra*.

E-mail: carlosgoncalves@ufgd.edu.br

Ruth Henrique é doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense–UFF (Rio de Janeiro/Brasil); professora adjunta da Universidade Federal da Paraíba–UFPB (Paraíba/Brasil); docente e pesquisadora do Programa de Pós Graduação em Antropologia–PPGA/UFPB; integrante do Grupo de Estudos em Etnicidade e Territorialidade (GETI/UFPB) e membro permanente da Comissão de Direitos Humanos da UFPB. Atuou como consultora antropológica no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e Fundação Nacional do Índio (FUNAI); tendo se especializado em análise de projetos e políticas públicas dirigidas a povos indígenas.

E-mail: henriqueruth@yahoo.com.br

Emília Mariko Kashimoto é doutora e livre docente em Arqueologia brasileira (MAE/USP), professora associada do curso de História na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CCHS), chefe de divisão do Museu de Arqueologia/CPQ/PROPP/UFMS, pesquisadora bolsista do MCT/CNPq. Tem vários livros e artigos publicados.

E-mail: emilia.kashimoto@pq.cnpq.br

Glória Kok é doutora em História social pela Universidade de São Paulo e pós-doutora junto ao departamento de Antropologia da Unicamp. É pesquisadora do laboratório de Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP e professora de pós-graduação da Universidade São Camilo. Autora de *Os vivos e os mortos na América Portuguesa: da antropofagia à água de batismo* (Fapesp, Unicamp, 2001) e *O Sertão Itinerante: expedições da Capita-*

nia de São Paulo no século XVIII (Fapesp, Hucitec, 2004), entre outras publicações, dedica-se aos estudos de etnoHistória dos grupos indígenas das terras baixas da América do Sul, sobre os quais publicou numerosos artigos.

E-mail: kokmartins@uol.com.br

Protasio Paulo Langer é doutor em História pela UNESP/Assis, fez estágio de pós-doutorado na UFF; é professor de História da América e História Indígena na Universidade Federal da Grande Dourados onde atua também no Programa de Pós Graduação em História, na linha de História Indígena. Entre os temas de pesquisa destacam-se as missões jesuíticas e o imaginário europeu acerca dos povos indígenas.

E-mail: protasiolanger@ufgd.edu.br

Renata Lourenço é licenciada e mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, doutora na mesma área pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2007). Atualmente é docente da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/Amambai), vinculada ao Programa de pós-graduação em Educação na Unidade de Paranaíba. Pesquisa na área de educação escolar indígena, tendo atuado nessa mesma área na Secretaria Municipal de Educação de Dourados.

E-mails: re-lourenco@hotmail.com;

renatalourenco@uems.br

Cíntia Nardo Marques Gonzales é graduada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), mestra na mesma disciplina pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Sócia fundadora do Instituto de Pesquisas da Diversidade Intercultural, onde desenvolve pesquisas relacionadas à questão indígena. Realizou pesquisas na comunidade terena de Limão Verde e atua como professora na Licenciatura Intercultural Indígena “Povos do Pantanal” na UFMS, campus de Aquidauana.

E-mail: cintia.nardo@gmail.com

Andérbio Márcio Silva Martins possui graduação em Letras-Português (2004), Mestrado (2007) e Doutorado (2011) em Linguística realizados na Universidade de Brasília (UnB). Pesquisador associado ao Laboratório de Línguas Indígenas–LALI/UnB. É professor de Linguística no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGAnt/FCH/UFGD). Professor e coordenador do curso de Licenciatura Intercultural Indígena–Teko Arandu, da Faculdade Intercultural Indígena (FAIND/UFGD), sendo o atual responsável pela Área de Linguagens. Atua nas seguintes áreas: Linguística Histórico-Comparativa; Tronco Macro-Jê; análise e descrição de línguas

do Sub-ramo I da Família Tupí-Guaraní, com ênfase em Guaraní Paraguai, Guaraní-Nhandéva e Kaiowá; Educação Escolar Indígena; Formação de Professores Indígenas; Políticas Linguísticas; Ensino de língua Guaraní e Ensino de Português como Segunda Língua; alfabetização e letramento em comunidades indígenas.

E-mail: anderbiomartins@ufgd.edu.br

Gilson Rodolfo Martins é doutor em Arqueologia brasileira pela USP (1996), professor aposentado da UFMS, ex-coordenador do Laboratório de Pesquisas Arqueológicas do Departamento de História do Campus Universitário de Aquidauana, ex-chefe de divisão do Museu de Arqueologia/PROPP/UFMS, ex-presidente da SAB–Sociedade de Arqueologia Brasileira e ex-integrante do Comitê de Avaliação da CAPES na área de Arqueologia e Antropologia; foi professor no Programa de Mestrado em Pré-História da América do Museu Nacional de História Natural da França. Tem livros e artigos publicados.

E-mail: gilson.martins@ufms.br

Lúcio Tadeu Mota tem mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1992), doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1998) e pós-doutorado em Antropologia social pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro. É professor associado no Departamento de História e pesquisador no Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História da Universidade Estadual de Maringá. É bolsista produtividade da Fundação Araucária–PR. Pesquisa nas áreas de etno-História indígena, Antropologia e Arqueologia.

E-mail: ltmota@uem.br / ltmota@terra.com.br

Noêmia Moura é doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora de História e Antropologia no curso de licenciatura e bacharelado em Ciências Sociais da UFGD assim como no programa de pós-graduação em Antropologia (PPGAnt/UFGD), na linha de Etnologia, Educação e interculturalidade. Pesquisa religiosidades, formação de professores indígenas, políticas públicas e movimentos sociais contemporâneos. Participa dos grupos de pesquisa - Gênero, Geração e Territorialidade (linha- Territorialidade em sociedades indígenas) e DIVERSO–Grupo de Pesquisa sobre Justiça, Multiculturalismo e Sociedade (linha - Políticas, diversidade e educação).

E-mail: noemiamoura@ufgd.edu.br

Ana Cláudia Marques Pacheco é mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados, pedagoga e professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

E-mail: anaclaudia@uems.br

Manuel Pacheco Neto é doutor em educação pela Universidade Metodista de Piracicaba e mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. É professor adjunto da Faculdade de Educação da UFGD e membro de dois grupos de pesquisa: DEHSCUBRA (Educação, História e Cultura: Brasil, séculos XVI, XVII e XVIII) e GEPHEMS (Grupo de pesquisa História da Educação, Memória e Sociedade).

E-mail: manuelneto@ufgd.edu.br

Levi Marques Pereira é doutor em Antropologia (USP). Atualmente é professor associado na Faculdade Intercultural Indígena da Universidade Federal da Grande Dourados, onde participa dos Programas de Pós-graduação em Antropologia e História. Tem experiência na área de antropologia, com ênfase em etnologia sul-americana, atuando principalmente nos seguintes temas: parentesco e organização social, educação indígena, antropologia da religião, infância e gênero, história indígena, terras indígenas e movimento social. Realizou perícias para a Justiça Estadual e Federal, coordenou relatórios de identificação de terras indígenas e realizou diversos trabalhos técnicos de assessoria e consultoria.

E-mail: levipereira@ibest.com.br

Sonia Maria Couto Pereira é mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), designer gráfica formada pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Realizou pesquisas no campo da iconografia indígena e fez parte da Assessoria de Comunicação Social da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Atualmente desenvolve projetos de design gráfico e design social.

E-mail: soniacouto@uol.com.br

Spensy K. Pimentel é doutor em Antropologia pela Universidade de São Paulo, com estágio de pesquisa na Universidade Nacional Autônoma do México (Unam), e pesquisador do Centro de Estudos Ameríndios (Cesta-USP). Além de antropólogo, é jornalista e documentarista, e professor de Etnologia Indígena no curso de Antropologia e Diversidade Cultural Latino-Americana da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), em Foz do Iguaçu (PR).

E-mail: spensy@gmail.com

Paulo Roberto Cimó Queiroz é doutor em História (USP, 1999) e docente da UFGD, onde tem ministrado as disciplinas História Regional (no curso de graduação em História) e Mato Grosso do Sul: História e historiografia (no programa de pós-graduação em História). Coordena o Centro de Documentação Regional (CDR) na mesma universidade. Tem livros e artigos publicados.

E-mail: pauloqueiroz@ufgd.edu.br

Anna Maria Ribeiro F. M. Costa é graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre e doutora na mesma área pela Universidade Federal de Mato Grosso e pela Universidade Federal de Pernambuco, respectivamente. É docente do Centro Universitário de Várzea Grande-MT (Univag), pesquisadora do Centro Cultural Ikuiaipá-Cuiabá/Museu do Índio/RJ e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. E-mail: anna-edu@hotmail.com

Nicolás Richard tem graduação em Antropologia (Universidad de Chile, 1999) e doutor em Antropologia Social pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS, 2008). É pesquisador do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) en el CERHIO-UMR 6258 de la Université de Rennes (França) e investigador associado no Instituto de Investigaciones Arqueológicas e Museo Le Paige, Universidad Católica del Norte, San Pedro de Atacama (Chile). É especialista em História e Antropologia do Chaco boreal. Pesquisa atualmente a história contemporânea da Puna de Atacama. Entre seus escritos figuram diversos artigos e os livros *Les guerres du Paraguay aux XIXème et XXème siècles* (2007); *Mala Guerra: los indígenas en la guerra del Chaco* (2008); *Les chiens, les hommes et les étrangers furieux. Histoire et anthropologie du Chaco boréal* (tesis, 2008). E-mail: nicolasricharv@gmail.com

Jairo Henrique Rogge é graduado em Geologia, mestre e doutor em História pela Unisinos. É coordenador do curso de História e professor na Pós-graduação da mesma Universidade. Pesquisador do Instituto Anchiitano de Pesquisas e Bolsista de Produtividade do CNPq. Sua pesquisa principal é de Arqueologia, abrangendo o Cerrado, o Pantanal, o Planalto e o Litoral do Sul do Brasil. E-mail: rogge@unisinos.br

Pedro Ignácio Schmitz é doutor em História e geografia e livre-docente em Antropologia pela PUCRS, Professor aposentado da UFRGS, Professor na Pós-graduação de História da UNISINOS e Membro do Instituto Anchiitano de Pesquisas. Pesquisador Senior do CNPq. Sua pesquisa principal é de Arqueologia, abrangendo o Cerrado, o Pantanal, o Planalto e o Litoral do Sul do Brasil. É editor da revista *Pesquisas, Antropologia*. Foi o primeiro presidente da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB). E-mail: anchietano@unisinos.br

Meire Adriana da Silva possui graduação (2000) e mestrado (2005) em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. É professora da UNIFAP-Universidade Federal do Amapá- no Curso Superior Indígena. Como professora do estado foi docente da Licenciatura Intercultural Teko Arandu

na Universidade Federal da Grande Dourados e assessorou o Programa Rede de Saberes. Atua na área de História indígena e educação escolar indígena. E-mail: nneengatu@yahoo.com.br

Giovani José da Silva possui graduação (1995) e mestrado (2004) em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; especialização (2001) em Antropologia pela Universidade Federal de Mato Grosso e doutorado (2009) em História pela Universidade Federal de Goiás. Atualmente é professor da Unifap (Universidade Federal do Amapá) e docente colaborador do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável (Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais), da Universidade de Brasília, onde realizou estágio pós-doutoral em Antropologia sob a supervisão do Prof. Dr. Stephen Grant Baines (2012-2013). Atua na área do ensino de História, Antropologia, História regional, História das Américas, História indígena, Educação escolar indígena e História Oral. Na língua Kadiwéu, é chamado Oyatogoteloco (“a luz que brilha longe”). E-mail: giovanijsilva@hotmail.com

Roberto Tomichá Charupá é indígena chiquitano da Bolívia, doutor em História e Teologia das Missões pela Universidade Gregoriana de Roma (2000). Atualmente é diretor do programa de doutorado na Faculdade de Teologia da Universidade Católica Boliviana de Cochabamba. Professor convidado na Facultad San Bonaventura de Roma. Autor de vários livros e artigos sobre os indígenas chiquitanos nas missões jesuíticas. E-mail: rtomicha@yahoo.com

Gabriel Ulian é mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados (PP-GAnt-UFGD) e licenciado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas (UFMS-CPTL). No mestrado pesquisou o processo de territorialização dos Atikum em Mato Grosso do Sul, tendo na graduação realizado um levantamento de Histórias de vida desses mesmos indígenas. E-mail: gabriel.ulian.ant@gmail.com

Chiara Vangelista é professora titular de História da América Latina no Departamento de Ciências da Antiguidade, Filosofia, História, Geografia (DA-FIST), da Universidade de Gênova, Itália. Pesquisa sobre a formação histórica da fronteira étnica, cultural e política no Brasil ocidental (séculos XVIII-XX), migrações e relações interculturais no Brasil (séculos XIX-XX), que resultaram em vários livros e artigos, entre eles sobre os povos Bororo, Guaikuru e Payaguá. E-mail: chvangelista@gmail.com

Cláudio Alves de Vasconcelos é doutor em História social, pela Universidade de São Paulo, USP (Brasil); mestre em História da América Latina contemporânea, pela UNESP, Assis, SP (Brasil); é professor dos cursos de graduação e pós-graduação em História, na Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD (MS-Brasil), onde ministra as disciplinas de História da América, Teorias e Metodologias da História.

E-mail: claudiovasconcelos@ufgd.edu.br

Ellen Veroneze é bacharel e licenciada em Biologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, possui mestrado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, além de bacharel em direito pelo Centro Universitário Toledo – Araçatuba – SP. Atualmente é professora do serviço social da indústria SESI-SP e advogada na empresa Sartori, Scanferla&Veroneze Advogados Associados. Atuou

com pesquisas arqueológicas de 1987 a 1993 em Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Trabalha com questões ambientais desde então e também com direito ambiental.

E-mail: ellenveroneze@gmail.com

Katya Vietta é graduada em História pela PUC-RS, mestre em Antropologia social pelo PPGAS-UFRGS, doutora em Antropologia social pelo PPGAS-USP. Desde 1982 atua em projetos de pesquisa, especialmente relacionados aos povos de língua guarani, envolvendo temas como: cosmologias ameríndias, tradição oral, historicidade, patrimônio, territorialidade, organização social, políticas públicas. Desenvolve assessoria às populações indígenas kaiowa, guarani e terena em Mato Grosso do Sul. É professora de Antropologia na UEMS (Amambai, MS).

E-mail: katya.vietta@gmail.com